



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

NEUDSON CLEBER CERQUEIRA LIMA PINHA

**PARTICIPAÇÃO POPULAR NO CONSELHO GESTOR DA
APA BACIA DO COBRE/SÃO BARTOLOMEU**

SALVADOR
2016

NEUDSON CLEBER CERQUEIRA LIMA PINHA

**PARTICIPAÇÃO POPULAR NO CONSELHO GESTOR DA
APA BACIA DO COBRE/SÃO BARTOLOMEU**

Dissertação de Mestrado em Planejamento
Territorial e Desenvolvimento Social, da
Universidade Católica do Salvador.

Orientador: Prof. Dr. Moacir Santos Tinoco.

SALVADOR
2016

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

P654 Pinha, Neudson Cleber Cerqueira Lima.
Participação popular no Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/ São
Bartolomeu/ Neudson Cleber Cerqueira Lima Pinha. – Salvador, 2016.
92 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.
Orientação: Prof. Dr. Moacir Santos Tinoco.

1. Desenvolvimento local 2. Participação popular 3. Gestão Social
4. APA - Rio do Cobre/ Parque São Bartolomeu – Bahia I. Título.

CDU 711.1(813.8)



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Homologado pelo CNE (Portaria Nº 3.116, 09/09/2005)

TERMO DE APROVAÇÃO

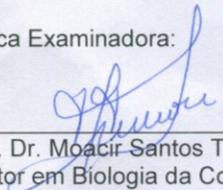
NEUDSON CLEBER CERQUEIRA LIMA PINHA

PARTICIPAÇÃO POPULAR NO CONSELHO GESTOR DA APA BACIA DO COBRE/SÃO BARTOLOMEU

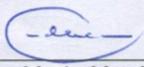
Dissertação aprovada como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 28 de novembro de 2016

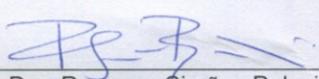
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Moacir Santos Tinôco
Doutor em Biologia da Conservação
Universidade Católica do Salvador - UCSAL



Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar
Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Universidade Católica do Salvador - UCSAL



Profa. Dra. Roseane Simões Palavizini
Doutora em Engenharia Ambiental
Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Dedico e agradeço a concretização deste trabalho:

Primeiramente à Inteligência Suprema do Universo e aos meus familiares, pelo incentivo e apoio, sem os quais não teria contornado e superado os obstáculos surgidos. A toda comunidade do Território do Parque São Bartolomeu. Também ao meu orientador, Prof.Dr.Moacir Santos Tinoco, pela sua sabedoria e conhecimento.

PINHA, Neudson Cleber Cerqueira Lima. **Participação popular no conselho gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Salvador, 2016.

RESUMO

Este estudo discute as contribuições da participação social para o processo do Desenvolvimento Territorial em nível local, com ênfase no processo de requalificação do Parque São Bartolomeu, tendo como referência de análise as atas das reuniões do Conselho Gestor da Apa Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu no período de 2008-2014, e com destaque para a contribuição das representações comunitárias integrantes do referido conselho. Propõe entender, discutir e refletir quanto às concepções teóricas da Participação social e sua relevância para o processo do desenvolvimento das comunidades do entorno do Parque São Bartolomeu, onde existem uma série de questões socioambientais históricas e complexas, que requer reflexões, estudo e avaliação crítica a fim de se compreender a dimensão de um todo local como reflexo de um mundo global. É resultado dos estudos realizados ao longo do Mestrado acadêmico, do Programa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador, UCSAL. Traz elementos que contribuem para a compreensão dos aspectos em pauta e sua dimensão na atualidade, considerando a crise vigente. Foram utilizados alguns referenciais teóricos recomendados ao longo da construção do projeto de pesquisa, que deram subsídio à fundamentação e sistematização deste estudo, tendo como metodologia de pesquisa, a análise de conteúdo das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Gestor da Apa Bacia do Cobre / São Bartolomeu, o Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu (PSB), e de informações obtidas junto aos representantes dos órgãos governamentais envolvidos no processo de requalificação do Parque de São Bartolomeu. Concluiu-se a partir das verbalizações dos representantes comunitários registradas nas atas de reuniões do conselho gestor, que a participação dos mesmos é bastante significativa quanto aos seus posicionamentos, discussões, pareceres e encaminhamentos para as questões socioambientais junto aos órgãos governamentais, alguns destes também integrantes do conselho, a exemplo da CONDER, SEDUR e INEMA, entre outros.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Participação. Gestão Social.

PINHA, Neudson Cleber Cerqueira Lima. **Popular participation in the management council of the APA Copper Basin / São Bartolomeu.** 92 f. Thesis (MA) -.Master in Territorial Planning and Social Development, Catholic University of Salvador (UCSAL), Salvador, 2016.

ABSTRACT

This study discusses the contributions of social participation in the process of territorial development at the local level, with emphasis on processo redevelopment of St Bartholomew Park, as an analytical reference the minutes of the meetings of the Management Board of Apa River Basin Copper / São Bartolomeu the period of 2008-2014, and highlighting the contribution of Community representations of the board members. Proposes understand, discuss and reflect about the theoretical concepts of social participation and its relevance to the development process of the communities surrounding the São Bartolomeu Park, where there are a number of historical and complex environmental issues which require reflection, study and critical evaluation order to understand the scale of a whole site as a reflection of a global world. It is the result of studies conducted over the academic Master of the Program in Territorial and Social Development Planning, Catholic University of Salvador, UCSAL. It brings important elements that contribute to the understanding of the issues at hand and its size at present, considering the current civilizational crisis. We used some theoretical frameworks recommended throughout the construction of the research project, which gave grant to the foundation and systematization of this study, with the research methodology, content analysis of the minutes of regular and special meetings of the Council Manager of Apa Basin Copper / St. Bartholomew, the St. Bartholomew Park Management Plan, and as a methodological procedure, the collection of information obtained from the representatives of government agencies involved in the rehabilitation process of São Bartolomeu Park. It was concluded from the verbalizations of the community representatives recorded in the minutes of management meetings, that their participation is quite significant in terms of their positioning, discussions, opinions and referrals to social and environmental issues with governmental bodies, some of them also members of the board, such as CONDER, SEDUR and INEMA, among others.

Keywords: Development Local; Participation; Social management.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Parque São Bartolomeu dentro da Apa Bacia do Cobre. | 19 |
|---|----|

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Demandas Ambientais a partir das Atas do Conselho Gestor | 38 |
| Gráfico 2 - Demandas Ambientais a partir das Atas do Conselho Gestor (2)..... | 41 |
| Gráfico 3 - Demandas Ambientais a partir das Atas do Conselho Gestor (3)..... | 45 |
| Gráfico 4 - Demandas Políticas a partir das Atas do Conselho Gestor | 48 |
| Gráfico 5 - Demandas Políticas a partir das Atas do Conselho Gestor (2) | 48 |
| Gráfico 6 - Demandas Sociais a partir das Atas do Conselho Gestor | 49 |
| Gráfico 7 - Demandas de Educação/Cultura a partir das Atas do Conselho Gestor | 52 |
| Gráfico 8 - Participação das Entidades comunitárias no processo de Requalificação do Parque São Bartolomeu a partir das atas do Conselho Gestor..... | 73 |
| Gráfico 9 - Participação das Entidades comunitárias no processo de Requalificação do Parque São Bartolomeu a partir das atas do Conselho Gestor (2)..... | 73 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| Capítulo I | |
| CONTEXTO REGULATÓRIO E SOCIO - HISTÓRICO DO PARQUE SÃO BARTOLOMEU..... | 16 |
| Capítulo II | |
| OBJETO E A METODOLOGIA DA PESQUISA | 31 |
| Capítulo III | |
| PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIAIS, ECONÔMICOS E AMBIENTAIS DA APA BACIA DO COBRE/SÃO BARTOLOMEU | 37 |
| Capítulo IV | |
| A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES DA APA BACIA DO COBRE FRENTE ÀS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS..... | 56 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 81 |
| REFERÊNCIAS | 84 |
| ANEXOS | 91 |
| ANEXO A - INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS COM POTENCIALIDADE DE APOIO AO PSB..... | 91 |
| ANEXO B - COMUNIDADES EXISTENTES NO TERRITÓRIO DA APA BACIA DO COBRE/SÃO BARTOLOMEU..... | 92 |

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos vêm se intensificando os movimentos em prol do meio ambiente, os quais podem ser interpretados como um despertar da consciência da população mundial acerca da questão ambiental. Esses movimentos são de fundamental importância, em que há questionamentos acerca do modelo de desenvolvimento econômico atual, adotado em países desenvolvidos e em desenvolvimento, com implicações na degradação do meio ambiente. Problemas como desmatamento, poluição, desperdício, ameaça e extinção de espécies animais e vegetais, constituem riscos para o futuro e a qualidade de vida.

Conforme o pensamento de Marcatto (2002), o modelo de desenvolvimento atual, adotado em diversos países, tem levado à produção de altos níveis de poluição do solo, ar e água, perda da biodiversidade animal e vegetal e demais recursos não renováveis, não obstante o acesso da população mundial a informações através dos meios de comunicação de massa. Para Marcatto (2002) na ordem mundial atual, ainda predomina um modelo de desenvolvimento concentrador, excludente e hegemônico-dominante em detrimento de um modelo mais justo e democrático, que favoreça uma convivência harmônica com o meio ambiente.

De acordo com Santos (2001) na modernidade e pós-modernidade o que se verifica é o desemprego crônico e crescente, aumento da pobreza e perda de qualidade de vida pelas classes médias, defasagem salarial, surgimento de enfermidades como a AIDS e reaparecimento de outras doenças consideradas erradicadas, mortalidade infantil, não obstante os progressos da medicina e da informação; educação de má qualidade, males espirituais e morais, corrupção.

Nesse sentido Nunes, Souza e Sant'Anna (2007), consideram que nas últimas décadas do século XX, quando os modelos desenvolvimentistas propostos fracassaram e não havia outra saída para a crise mundial, ressurge através dos novos movimentos sociais e intelectuais uma proposta alternativa de desenvolvimento, o sustentável, aonde muitos desses teóricos já vêm compartilhando e problematizando.

Alternativas ao padrão atual de desenvolvimento decorrem de que se convive com tantas desigualdades sociais em nível mundial, que requer que o entendimento sobre a sustentabilidade seja compreendido por todos os segmentos sociais.

De acordo com Zeller e Ryan (2012), o termo sustentabilidade surgiu inicialmente no século XVIII, dentro do contexto de gestão de florestas na Alemanha, mas com ênfase no

tamanho das florestas e no abastecimento de madeira a longo prazo, daí que a concepção de sustentabilidade era num sentido econômico. As florestas eram tratadas de forma que não fossem extintas para garantir o seu uso no futuro.

Conforme Zeller e Ryan (2012), estudos recentes na segunda metade do século XX, incluíram mais critérios para ampliar esse entendimento sobre a sustentabilidade, com destaque para os Limites do Crescimento, lançado pelo Clube de Roma em 1972, que questionava o modelo do crescimento como fundamento para o desenvolvimento. Esse estudo e estudos mais recentes, afirmam Zeller e Ryan (2012), desenvolveram diferentes perspectivas do futuro, conforme a escala de industrialização, crescimento populacional, degradação do meio ambiente e o uso de matérias-primas.

Os resultados não seriam muito otimistas, asseveram Zeller e Ryan (2012), pois nos próximos cem anos o mundo atingiria o limite do crescimento, com declínio da população e da capacidade industrial, bem como a má qualidade de vida. De acordo com Zeller e Ryan (2012) é de fundamental importância, considerar, no entendimento e concepção da sustentabilidade, três pilares que formam o seu tripé e que devem estar interligados: o social, o ecológico e o econômico, sem predominância de prioridade para qualquer um deles.

Nesse contexto de debates internacionais, o ordenamento do uso dos territórios é inserido em sistemas de proteção à natureza. No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que cumpre esse papel através da delimitação de Unidades de Conservação (UC) – APA, Parques, são UCs, e o Parque São Bartolomeu está inserido em uma UC, do tipo APA.

Para Ultramari e Duarte (2009) pode-se pensar em relações sociais de dominação política, de exploração econômica, de exclusão social, ou naquelas baseadas em estruturas verticais de poder. A força de uma rede depende da multiplicidade dos pontos de conexão. Quanto mais densa for a trama, quanto mais complexo for o tecido, maior será o fluxo de conhecimento e informação, o que resulta em mais participação democrática e mais controle social, concluem Ultramari e Duarte (2009).

Para entender o processo de participação no Parque São Bartolomeu e comunidades adjacentes, é preciso destacar que nesse território, há sérias questões socioambientais, como poluição, desmatamento, desigualdade social, extinção de espécies animais e vegetais etc., como reflexo das questões globais que assolam todo o planeta. Neste estudo é importante considerar, e será abordado mais precisamente nos capítulos seguintes, o entendimento de Território, Participação e Desenvolvimento com ênfase no aspecto local.

Para Palma (2005), o território é fruto do trabalho realizado no espaço e dinamizado pelas relações sociais, através do poder. Se o território é definido pelas relações sociais via trabalho realizado no espaço, entende-se que território está associado à ideia de controle e apropriação de um dado espaço, para que dele se realize trabalho.

Caroli (2004) reflete sobre a relevância da comunicação e a multiplicidade das funções de uso que caracteriza o território. Considera a sua heterogeneidade, de forma a satisfazer, no tempo presente, os diversos tipos de usuários.

Santos (1997), considera que o território não se resume em um conjunto de aspectos naturais, entendendo-o como um complexo de sistemas naturais e artificiais, com pessoas, instituições, empresas e todos seus níveis de poder. Deve ser compreendido em suas divisões jurídico-políticas com suas heranças históricas e conteúdos econômico, financeiro, fiscal e normativo. Santos (1997) conclui que a noção de território abrange lugares, vida social, de forma interdependente, com conexões entre os níveis local e global.

Apreende-se dessas formulações que o território de uma forma mais ampla, não se limita à noção de espaço físico e geográfico, mas sim um todo complexo, e requer que se perceba a dinâmica desta noção, sobretudo no que tange aos aspectos políticos e sociais associados aos aspectos jurídicos.

Albagli (2004) elucida que o termo território vem do latim, *territorium*, que se deriva de *terra* e significa pedaço de terra apropriado e na língua francesa, *territorium* deu origem às palavras *terroir* e *territoire*, este último representando o “prolongamento do corpo do príncipe”, aquilo sobre o qual o príncipe reina, incluindo a terra e seus habitantes.

De acordo com afirmações assinaladas por Albagli (2004), o território possui ainda significados distintos em cada formação socioespacial. No mundo ocidental, o conceito de território se iniciou associado à base física dos Estados, incluindo o solo, o espaço aéreo e as águas territoriais.

Daí que o território seja objeto de análise sob diferentes perspectivas: geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política, bioecológica, segundo suas abordagens específicas. Portanto o território assume significados distintos, o que requer um estudo mais acurado para sua compreensão. No que tange a esta pesquisa, por se referir a um território regulado pelo Estado em tempos de ampliação da democracia, deu-se centralidade à participação popular na configuração socioambiental para entender sua gestão local.

Este entendimento do território de uma forma mais ampla, que não se limita à noção de espaço físico e geográfico, mas como um todo e sua complexidade, requer que se perceba a dinâmica desta noção, sobretudo no que tange aos aspectos políticos e sociais associados aos aspectos jurídicos.

Para Gohn (1985), a participação como um aspecto do desenvolvimento da democracia é entendida como a participação de todos os cidadãos na sociedade, no campo econômico e político. O não participar é interpretado como um momento passageiro resultante da ausência de tradições de lutas reivindicatórias, experiências de classe, entre outras.

Gohn (1985) ao falar em participação social, dentro do contexto da sociedade urbano-industrial, elucida que é obedecer aos critérios de padrões de consumo e categorias de poder. Portanto, participar é o oposto da situação de não ter acesso aos benefícios e privilégios da sociedade urbano-industrial.

Compreende-se então que a participação se manifesta em duas vias: democrática e atuante, onde os cidadãos podem se organizar e reivindicar por alguma demanda coletiva, e na ótica da sociedade urbano-industrial capitalista, como meros consumidores, medindo-se sua participação pelo poder de consumo.

No que tange à participação no processo de desenvolvimento, entende-se a partir do pensamento de De Paula (2004), que o desenvolvimento é um processo resultante das relações humanas e, portanto, são as pessoas que fazem o desenvolvimento. “O desenvolvimento depende do sonho, do desejo, da vontade, da adesão, das decisões e das escolhas das pessoas” (DE PAULA, 2004, p.75).

Conforme a compreensão de De Paula (2004), todo desenvolvimento pressupõe mudanças, não sendo possível promover o desenvolvimento sem o incentivo ao protagonismo local. Isso implica alterar as condições que possibilitaram a concentração do conhecimento, do poder e da riqueza, o que resultou em pobreza e exclusão social. Então, promover o desenvolvimento significa promover mudanças políticas econômicas e sociais.

Brandão (2007), enfatiza o poder ilimitado da escala local na questão do desenvolvimento urbano e regional no Brasil e no mundo, mas não reforça um pensamento extremista acerca da escala local. Considera importante analisar e contextualizar esses níveis de desenvolvimento para se ter uma visão ampliada e crítica sobre a questão.

De acordo com as afirmações de De Paula (2004) o desenvolvimento é um processo que vai além de todas as esferas de relacionamento humano, e não se restringe aos interesses

de particulares ou de qualquer grupo social isolado. Portanto, entende-se que o desenvolvimento social e econômico deve ser ampliado a todos segmentos sociais de uma forma igualitária, ainda que haja desigualdades e desníveis socioculturais em todas as sociedades.

Brandão (2007) enfatiza o poder ilimitado da escala local na questão do desenvolvimento urbano e regional no Brasil e no mundo, mas não reforça um pensamento extremista acerca da escala local. Considera importante analisar e contextualizar esses níveis de desenvolvimento para se ter uma visão ampliada e crítica sobre a questão. Nesse sentido, as escalas do desenvolvimento são interrelacionadas, mas a problemática se refere também a de onde partem os estímulos.

Para De Paula (2004) é possível estimular um processo de desenvolvimento exógeno, mas sua concretização precisa se dar de modo endógeno, ou seja, para realizá-lo é imprescindível a adesão e participação das pessoas.

Para Ultramari e Duarte (2009) consideram que as instâncias locais são capazes de verdadeiramente conduzir seus destinos. Isso reforça o pensamento dos demais autores supracitados quanto ao protagonismo das comunidades locais, que são capazes de decidir, reconhecer suas demandas e apontar alternativas de solução.

De Paula (2004) esclarece que a temática do desenvolvimento local remete a uma procura pela afirmação de uma identidade social, de elementos específicos, de uma reputação própria com características singulares do local dentro do universo da globalização. O objeto empírico deste estudo é o Parque São Bartolomeu localizado no território da APA Bacia do Cobre. Portanto, uma parte da escala local sob regulação ambiental

Neste estudo é de fundamental importância conhecer e caracterizar o Parque São Bartolomeu localizado no território da APA Rio do Cobre. De acordo com a SEDUR (BAHIA. SEDUR, 2014), o Parque São Bartolomeu (**PSB**), está localizado na Freguesia de Pirajá Velha – bairro esse onde estão situados a Igreja de São Bartolomeu e o Parthenon dos heróis da Independência da Bahia – sendo estes edifícios considerados como patrimônio histórico da cidade de Salvador e do Estado.

Conforme o diagnóstico da vegetação do Bioma Mata Atlântica na cidade de Salvador (2013), a Bacia do Cobre/São Bartolomeu é extensa e rica em biodiversidade animal e vegetal. A sua extensão abrange diversas outras áreas da periferia de Salvador, como os bairros de Periperi, Fazenda Coutos, Ilha Amarela, entre outros.

De acordo com informações obtidas no programa Memorial Pirajá (2007), o Parque Metropolitano de Pirajá contém o Parque São Bartolomeu, localizado na Bacia do Rio do Cobre, na borda leste da Baía de Todos os Santos. Caracteriza-se por abrigar importante remanescente de Mata Atlântica e cachoeiras.

De acordo com informações, obtidas no programa Onda Digital (UFBA/FACED, 2006) e no programa Memorial Pirajá (2007), o Parque e todo o território do Bairro de Pirajá guardam uma verdadeira aula de história da Bahia. Nas últimas décadas, o Parque sofreu um processo de degradação socioambiental e ficou num certo ostracismo, considerado ainda como um local onde, comumente, ocorre a violência, assim como em outros locais da cidade. Não obstante isso, a comunidade local tem se organizado por intermédio das entidades representativas em prol da defesa do Parque.

De acordo com o programa Memorial Pirajá (2007), o Movimento de Defesa do Parque São Bartolomeu e Pirajá demandou por uma nova abordagem e concepção de parque, considerando o caráter indissociável entre os aspectos culturais, históricos, ambientais e sociais. Também pela necessidade de uma gestão integrada e participativa, abrangendo o conjunto dos ecossistemas e a busca de sustentabilidade aliada a um programa de geração de renda e promoção social da população do entorno.

Nesta pesquisa busca-se compreender a participação popular que se efetivou a partir do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, na perspectiva socioambiental. Reconhece-se e valoriza-se essa questão por compreender que a participação popular possibilita tornar endógeno o desenvolvimento territorial.

No primeiro capítulo, inicialmente é feito um breve histórico do Parque São Bartolomeu enquanto patrimônio histórico, as características sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais da comunidade local a fim de entendê-la em seus múltiplos aspectos. Há Também um breve resumo sobre a relevância dos Parques Públicos e como estão classificados.

O capítulo dois apresenta a Metodologia da Pesquisa adotada neste estudo, utilizando-se do método de análise de conteúdo, com estudo e na análise das atas do conselho gestor da APA Rio do Cobre/São Bartolomeu e do Plano de Manejo do PSB. É relevante destacar, conforme a Lei 9.985(2000), que o Conselho Gestor no território da APA, se destina a propor e apoiar os programas e projetos, direcionados para o seu desenvolvimento social, ambiental, educacional, cultural, político e econômico. Seus representantes não recebem qualquer tipo de remuneração pelo trabalho desenvolvido e pelos serviços prestados – tudo se realiza à base do

vontulariado. Foram obtidas informações orais em conversas livres junto aos representantes dos órgãos governamentais envolvidos no processo de requalificação do Parque São Bartolomeu.

No terceiro capítulo é realizada uma análise das principais questões socioambientais, culturais e políticas a partir da análise de conteúdo das atas do conselho gestor da APA Bacia Rio do Cobre. Destaca-se neste capítulo o entendimento sobre Território e Desenvolvimento e suas interfaces com os aspectos social, econômico, cultural, político e ambiental. Também se abordará neste capítulo um breve resumo acerca da sustentabilidade e a relação com o desenvolvimento, pois na atualidade se tem falado em desenvolvimento sustentável com muita frequência.

O quarto capítulo aborda a participação das comunidades do Parque São Bartolomeu no seu processo de requalificação, as iniciativas governamentais em prol do parque, a gestão compartilhada, participativa e a importância da comunidade local nesse processo a partir da análise das atas do conselho gestor no período de 2008-2014, mas também do Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu (PSB) realizado em 2012.

Neste capítulo dar-se-á ênfase à relevância do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre /São Bartolomeu, com foco nas falas dos representantes das comunidades no que tange ao processo participativo e à relação com o Estado.

Também serão apresentadas considerações mais relevantes com este estudo a partir da análise de conteúdo das falas dos representantes comunitários participantes do Conselho Gestor em suas reuniões e registradas nas atas no período de 2008 a 2014 bem como pelo conteúdo do Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu realizado em 2012 pela CONDER .

É relevante destacar, conforme a Lei 9.985(2000), que o Conselho Gestor no território da APA, se destina a propor e apoiar os programas e projetos, direcionados para o seu desenvolvimento social, ambiental, educacional, cultural, político e econômico. Seus representantes não recebem qualquer tipo de remuneração pelo trabalho desenvolvido e pelos serviços prestados – tudo se realiza à base do voluntariado.

Capítulo I

CONTEXTO REGULATÓRIO E SOCIO - HISTÓRICO DO PARQUE SÃO BARTOLOMEU

Os Parques Públicos são espaços de relevância para a manutenção da qualidade de vida das populações urbanas sendo, portanto, fundamental entendê-los como espaços de lazer e entretenimento, bem como espaços de conservação e preservação ambiental. Conforme Serpa (2006), os parques públicos são entendidos no PDDUA (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Salvador/Ba), sob dois aspectos: pela ótica ambiental, vistos como “espaços verdes” e de conservação – e, pela ótica do lazer, enquanto espaços públicos destinados à recreação e ao entretenimento, o que denota uso regulatório compatível com a definição.

Sob o prisma ambiental, assevera Serpa (2006), os parques constituem um sistema de espaços de preservação ambiental subdividido em dois subsistemas: o das áreas de conservação, cuja ênfase se deve ao seu valor ecológico ou à sua relevância para a qualidade urbano-ambiental, caracterizados pelos Parques de Natureza, a exemplo do Parque São Bartolomeu e Abaeté), e pelos Parques Urbanos, como o Zoobotânico, o da Cidade e Pituaçu).

Ainda conforme os estudos de Serpa (2006) existem os parques como áreas de valor urbano-ambiental, do qual fazem parte os Parques de Recreação (Dique do Tororó, Jardim dos Namorados, Costa Azul e Aeroclube) e os Espaços Abertos Urbanizados (praças, mirantes, jardins públicos, áreas verdes integrantes de loteamentos, campos e quadras poliesportivas).

Conforme a Lei n. 9.985 (2000), o parque urbano no Brasil assume novo significado e função, de preservar a biodiversidade para o bem coletivo. O parque urbano passa a ser o lócus da preservação ambiental, da contemplação e do bem-estar daqueles que o utilizam e/ou que vivem ao redor do parque.

Conforme Cardoso, Sobrinho e Vasconcellos (2015), os parques urbanos desempenham diferentes funcionalidades e configurações nas cidades, os quais estão diretamente relacionados às formas de gestão ambiental e padrões de crescimento dos núcleos urbanos.

Para Cardoso, Sobrinho e Vasconcellos (2015), alguns parques urbanos recebem multidões, outros estão vinculados à proteção ambiental, entretanto, são estrategicamente importantes para a qualidade de vida das pessoas no conjunto das sociedades em crescente urbanização.

Conforme a Lei n. 9.985 (2000), que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, em seu Art. 11, compreende o parque urbano no Brasil a partir de um novo significado e função, de preservar a biodiversidade para o bem coletivo.

O parque urbano passa a ser considerado o lócus da preservação ambiental, da contemplação e do bem-estar daqueles que o utilizam e/ou que vivem ao redor do mesmo. No SNUC (2000) o objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

De acordo ainda a Lei 9.985/00, que conforme Júnior, Coutinho e Freitas(2009) cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação(SNUC), é instrumento jurídico muito importante para conservação das Áreas de Proteção Ambiental. A definição de parque no SNUC está relacionada à definição de Unidades de Conservação (UC) de proteção integral, seja em perímetro urbano ou rural, seja de gestão federal, estadual ou municipal. A criação desses parques tem a proposição de preservar o meio ambiente e a qualidade de vida das populações que habitam no entorno dessas áreas.

No que tange às unidades de conservação, em geral, é relevante considerar conforme os estudos de Guerra e Coelho (2009), que são territórios físicos, social e politicamente construídos e se constituem em formas complexas de relações entre grupos sociais, territórios e ambientes. Conforme Júnior, Coutinho e Freitas (2009), a Lei 9.985, de 2000, cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esse instrumento jurídico é muito importante ao trabalho de conservação das Áreas de Proteção Ambiental.

De acordo com a referida Lei 9.985(2000), as Unidades de Conservação são áreas naturais e espaços territoriais que devem ser protegidos por seus atributos e características especiais, cujos recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, são com suas características naturais relevantes legalmente instituídas pelo Poder Público. As UC têm objetivos de conservação e limites definidos, conforme regime especial de administração e garantias adequadas de proteção da lei.

Conforme ainda a lei que cria O Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC (2000), as UC têm a função de proteger a representatividade de parcelas significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Também asseguram às

populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional, propiciando às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis.

Esse sistema contribuiu para a organização da gestão de unidades de conservação no Brasil, regulamentando suas categorias e seus objetivos de conservação. Para Júnior, Coutinho e Freitas (2009), o SNUC viabilizou a integração na forma de gestão das unidades de diferentes categorias, bem como de diferentes esferas de governo, resultando em um sistema que pode ser coletivamente planejado.

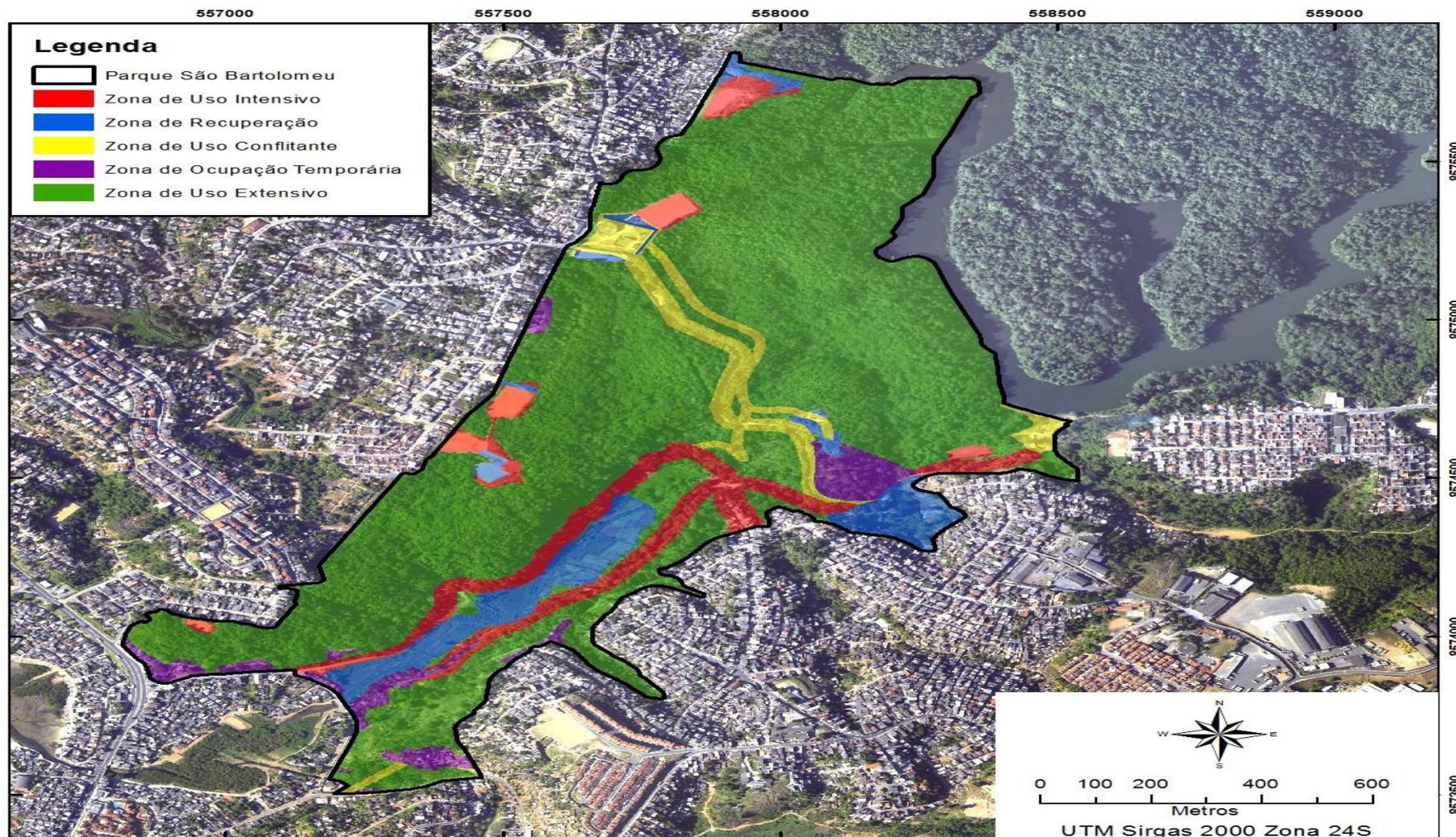
Sob a perspectiva do bem coletivo, conforme ainda a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (2000) traz no seu bojo a necessidade de democratização na criação e gestão do espaço público envolvendo a participação da sociedade civil na sua gestão. Todavia, ainda de acordo com o SNUC (2000), essa participação não acontece de forma consensual, pois há diferentes interesses, e, em consequência, disputa pelo domínio e a influência sobre a gestão dos parques urbanos.

É relevante enfatizar neste estudo a importância de outros parques públicos existentes em Salvador, como o Jardim Botânico e o Parque da Cidade (Parque Joventino Silva), que conforme registros encontrados no relatório de atividades da Secretaria Cidade Sustentável (SECIS), Prefeitura Municipal de Salvador (2014), possuem projetos para sua revitalização, integrando-os à comunidade de seu entorno. É importante salientar que o Parque da Cidade foi requalificado e entregue recentemente à população de Salvador.

Ainda conforme relatório de atividades da SECIS/PMS (2014), para o Jardim Botânico da cidade, também existe um projeto para sua requalificação. Com uma área total de 160.000 m², visa integrar o equilíbrio na relação Homem x Natureza em um espaço predominante de Mata Atlântica, localizado no centro geográfico da cidade de Salvador, e incluindo um herbário que abriga 61.000 espécies.

A figura seguinte identifica o Parque São Bartolomeu localizado dentro da APA Bacia do Cobre:

Figura 1 – Parque São Bartolomeu dentro da Apa Bacia do Cobre.



Fonte: Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu (2012)

Consta no Plano de Manejo do PSB(2012), estudos e síntese do zoneamento do PSB, com a definição das zonas de usos destacadas no mapa acima , seus objetivos, as atividades permitidas, principais conflitos identificados e as normas de uso :

Zona de Uso Intensivo é aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, podendo conter infraestruturas de suporte ao uso público com equipamentos compatíveis à implementação do programa de uso público da Unidade. No caso do PSB também prevê a manutenção de valores histórico culturais associados a importantes sítios de visitação.

Zona de Recuperação: É aquela que contém áreas consideradas antropizadas. Uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das zonas permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente induzida. Essa é uma área importante em termos ambientais, de transição entre o ambiente florestal , e, uma vez restaurado, deve compor uma zona de uso mais restritivo no PSB.

Zona de Uso Conflitante: Constitui-se nos locais cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da unidade, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida. São áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, no caso do PSB, a creche, a Estrada do Cobre, a caixa d'água da EMBASA e a barragem do Cobre, de propriedade da mesma empresa. Seu objetivo de manejo é contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre as UC.

Zona de Ocupação Temporária: São áreas dentro das UC onde ocorrem concentrações de populações humanas residentes e as respectivas áreas de uso. É uma Zona provisória, uma vez realocada a população, será incorporada a uma das zonas permanentes. As normas dessa zona devem ser estabelecidas caso a caso, mediante um termo de compromisso firmado com as populações residentes, que deve prever normas de uso da área, até que o processo de regularização temporária seja concluído.

Zona de Uso Extensivo: É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, e, no caso do PSB, também por áreas histórico-culturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Nessa zona estão presentes áreas sensíveis para a conservação da biodiversidade do PSB, como a área limítrofe ao território da EMBASA, próxima à estrada do Cobre e da trilha da Ilha Amarela, que devem ser alvo de ações de monitoramento e fiscalização mais intensa. Caracteriza-se como uma transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo.

De acordo com os estudos do Pangea (2004), além dos seus atributos ambientais, a Bacia do Cobre com o território do São Bartolomeu, representam a maior referência dos cultos afro-brasileiros para a cidade de Salvador e o Estado da Bahia, que durante muito tempo foi o grande Santuário do Candomblé baiano.

Conforme SEDUR (BAHIA. SEDUR, 2014), o Parque São Bartolomeu se localiza na Freguesia de Pirajá Velha – bairro onde se situam a Igreja de São Bartolomeu e o Parthenon dos heróis da Independência da Bahia – sendo estes edifícios considerados como o patrimônio histórico da cidade de Salvador e do Estado da Bahia.

Afigura acima mostra o quanto a Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu é extensa e rica em biodiversidade animal e vegetal. A área elucidada se refere à Região da comunidade de Valéria, parte daquele território, mas a sua extensão abrange diversas outras áreas da periferia de Salvador, como os bairros de Periperi, Fazenda Coutos, Ilha Amarela, entre outros.

Conforme diagnóstico da vegetação do Bioma Mata Atlântica na cidade de Salvador (2013), no remanescente da Bacia do Cobre foram amostrados 1541 indivíduos vivos e mortos ainda em pé, em uma área total de 1,04 ha, distribuídos em 52 parcelas. No estudo de abundância das populações de plantas do estrato subosque do fragmento Bacia do Cobre, registraram-se cento e uma espécies/táxons, distribuídas em quarenta e cinco famílias botânicas e sessenta e nove gêneros.

No que tange à caracterização da reserva de Mata Atlântica, existente na Bacia do Cobre/São Bartolomeu, conforme ainda o Diagnóstico da Vegetação do Bioma Mata Atlântica na cidade de Salvador (2013), esta se apresenta com extensão de 403,840 hectares nesse remanescente. Assim, a mata existente na Bacia do Cobre/São Bartolomeu é um remanescente de Floresta Ombrófila Densa, Mata Atlântica, com predominância de vegetação secundária em estágio médio de regeneração, definido conforme a Resolução CONAMA 005/1994.

No Diagnóstico da Vegetação do Bioma Mata Atlântica na cidade de Salvador (2013), a mata existente possui fisionomia predominantemente arbórea, com seus estratos diferenciados, altura média de 11,10 m e DAP (diâmetro à altura do peito) médio de 11,79 cm. A cobertura arbórea é predominantemente fechada, com indivíduos emergentes atingindo até 42 m.

Conforme análise de Palma (2005), a APA Rio do Cobre / São Bartolomeu foi criada com o objetivo de preservar os mananciais de abastecimento integrantes do sistema de abastecimento de Salvador. Já nessa época a Unidade de Conservação possuía problemas

sociais relevantes, que o autor salientou, e se não fossem considerados, poderiam inviabilizar a gestão da referida APA.

Conforme o D.O.E. (2001), A APA Rio do Cobre está localizada na borda oriental da Baía de Todos os Santos, Região Administrativa do Subúrbio Ferroviário, abrangendo os municípios de Salvador e Simões Filho, é de uso sustentável e possui área de 1.134 ha. Localizada em uma área que possui uma das maiores reservas de Mata Atlântica urbana do país, esta Unidade vem sofrendo com a perda gradativa dos resquícios florestais e atualmente, com a perda gradual e constante das suas principais nascentes e córregos.

De acordo com os estudos do Pangea (2004), além dos seus atributos ambientais, a Bacia do Cobre com o território do São Bartolomeu, representam a maior referência dos cultos afro-brasileiros para a cidade de Salvador e o Estado da Bahia, que durante muito tempo foi o grande Santuário do Candomblé baiano.

Embasado nos estudos de Serpa (2006), alguns dos parques urbanos e de natureza como os de Pituaçu, Abaeté, São Bartolomeu e da Cidade, aparecem entre as áreas da cidade de Salvador com médio a alto valor ecológico, o que deveria garantir, conforme indicação do Plano Diretor, políticas públicas de conservação, preservação e recuperação ambiental.

No que tange aos parques como áreas de valor ecológico, a partir do pensamento de Castro e Castro (2014), pode-se compreender que as áreas urbanas são constituídas por espaços construídos, espaços livres e espaços de integração urbana. As áreas verdes urbanas têm se constituído como alternativa para a preservação e são os espaços em que há predomínio de vegetação arbórea.

De acordo com Castro e Castro (2014), estudos e pesquisas na área econômica, ecológica e ambiental têm voltado os olhos para a valoração de recursos naturais. Razão simples para o fato é que a tomada de decisão dos agentes socioeconômicos e políticos torna-se mais precisa, pois identifica com clareza custos e benefícios, sejam eles econômicos, sociais, individuais ou coletivos, relativos ao uso do recurso ambiental.

Portanto, valorar os recursos naturais é um trabalho com repercussões de muita responsabilidade, pois trata das relações entre os sistemas econômicos e os sistemas ecológicos na medida em que associa valores de cumplicidade com as preferências dos consumidores e destes com sua capacidade de pagamento. Os autores se baseiam no conceito de que o meio ambiente é um bem público e os efeitos negativos que o homem possa causar são denominados externalidades.

O meio ambiente tem sido a grande preocupação de todas as comunidades do planeta, nas últimas décadas, seja pelas mudanças provocadas pela ação do homem na natureza, seja pela resposta que a natureza dá a essas ações. Acerca do meio ambiente e seu entendimento, na Constituição Federal de 1988 a matéria é tratada em diversos títulos e capítulos.

Conforme a constituição Brasileira de 1988 todos os cidadãos têm direito a usufruir de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, com a responsabilidade do Poder Público e da sociedade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Na legislação brasileira consta ainda, por exemplo, a Lei 6.938/81, que conceitua meio ambiente como “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas suas formas” (BRASIL, 1981).

A Lei Federal nº 9.975, sancionada em 27 de abril de 1999 e publicada no D.O.U de 28/04/99, em seu artigo 1º, o meio ambiente é referido como bem de uso comum do povo, fundamental para a qualidade de vida e sua sustentabilidade. No artigo 4º dessa lei, o meio ambiente é concebido de modo mais amplo, e considera a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, com enfoque para a sustentabilidade.

De acordo com Tozoni-Reis (2004), na conferência do Rio de Janeiro de 1992 (ECO 92) o enfoque do termo meio ambiente foi restabelecido em sua relação com o desenvolvimento, resultando como documento dessa conferência a Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento.

Enfatiza Tozoni-Reis (2004), que este documento mantém as teses da Conferência de Estocolmo e divulga a ideia de direitos e responsabilidades na questão ambiental entre todos os países. Conforme Castro e Castro (2014), o dano ambiental, está atrelado ao valor que os consumidores acreditam ser o melhor para a relação meio ambiente e conservação. Nem sempre o dano causado ao meio está diretamente relacionado a esse valor hipotético aferido.

Em situações extremas, o dano ambiental é de tal monta que é impossível calcular um valor monetário para reparar tal erro. Para Beck (2012), os parques urbanos têm uma função importante na vida da população, e são locais destinados para a conservação ambiental e fonte de lazer, onde as pessoas têm a oportunidade, não só de interagirem entre si, como de se aproximarem da natureza. Conclui Beck (2012), que a existência de áreas verdes em regiões urbanas se torna mais significativa com a compreensão da importância do meio ambiente para uma qualidade de vida melhor.

Para avaliar a qualidade de vida, foram estabelecidas por Beck (2012) relevantes questões entre as quais se destacam: a satisfação com o local de moradia e o ambiente físico salutar (clima, barulho, poluição, atrativos). Beck (2012) considera como aspectos de um ambiente insalubre: o lixo espalhado pelas ruas, os congestionamentos urbanos e o barulho.

Conforme ainda os estudos de Becker (2012), o parque é público porque serve a toda a comunidade e não apenas a um segmento social restrito da população. Este autor considera relevante o fato de que muitas pessoas residentes em uma metrópole não possuem casas com quintais vastos para abrigar jardins, pomares ou playgrounds. Portanto, na visão de Becker (2012), o parque existe para suprir essa falta, sendo um componente da cidade que proporcione lazer e contato com a natureza, a todos, indistintamente.

Para Becker (2012), a vegetação é considerada como um elemento indispensável para o ser humano e deve ser considerada nos projetos urbanísticos. A criação de um local arborizado com gramados que o diferenciem do solo pavimentado e com poucas plantas, serve para o benefício da saúde física e psicológica.

Ainda segundo Becker (2012), por estarem localizados dentro da área urbana ou contígua a esta, o meio ambiente dos parques sofre influência negativa, como lixo, fumaça e vandalismo – e a conservação ambiental pode ser um fator importante na decisão dos poderes públicos quando projetam a criação de parques urbanos – mas proporcionar recreação e lazer à população, deve ser priorizado.

É relevante considerar, conforme abordado anteriormente, que os Parques existentes na cidade de Salvador, como o Parque da Cidade, o Jardim Botânico, o de Pituaçu, entre outros, constituem-se importantes espaços de lazer e entretenimento para a toda a população, e que precisam ser conservados como bens públicos.

Nos estudos de Pellin, *Carvalho e Reis (2014)* são consideradas a relevância desses espaços e indicam o grande potencial dessas áreas tanto em sua dimensão ambiental, quanto socioeconômica e cultural, estética e educacional. Os benefícios e valores são muitos e se interrelacionam: a proteção do ecossistema e da biodiversidade; a proteção de cursos d'água, nascentes e matas ciliares; o controle de enxurradas e de erosão; o controle da poluição hídrica, atmosférica e sonora, entre outros...

Conforme os estudos de Pellin, *Carvalho e Reis (2014)* nos aspectos Socioeconômicos e Culturais, também a possibilidade de melhoria na qualidade de vida de moradores do entorno e usuários; assim como prover espaço de interação social; a valorização imobiliária

do entorno; oportunizar a geração de renda para a comunidade local; a conveniência de recreação em contato com a natureza para moradores do entorno e usuários, diminuição do stress da vida urbana; a manutenção de espaços sagrados; e a conservação do patrimônio histórico-cultural.

Nos aspectos estéticos Pellin, *Carvalho e Reis (2014)* consideram a proteção de belezas naturais e redução da poluição visual. No que tange às áreas Educacionais ou de Sensibilização, existem inúmeras possibilidades de atividades de Educação Ambiental, ligadas tanto ao ensino formal, quanto ao ensino informal. Pellin, *Carvalho e Reis (2014)* *ênfatizam* o potencial de interação com uma grande quantidade de pessoas que vivem nas suas proximidades, potencial de interação com uma grande quantidade de visitantes devido ao seu fácil acesso, possibilidade de interação com usuários ocasionais que utilizam a área apenas para passagem ou para realização de atividades esportivas ou recreativas, facilidade em atender pessoas com necessidades especiais devido ao seu acesso fácil.

É relevante considerar em relação ao Parque São Bartolomeu, conforme os registros da SEDUR (BAHIA. SEDUR, 2014) e Plano de Manejo do PSB (2012), que o mesmo foi criado pelo Decreto Municipal nº 4.590 de 21/02/1974 com uma área de 75 ha e incorporado, posteriormente, ao Sistema de Áreas Verdes e Espaços Abertos de Salvador, pelo Decreto Municipal nº 4.756 de 13/03/1975, na categoria de “Área de Domínio Público Não Edificável”. O Decreto Municipal nº 5.363, de abril de 1978, reconheceu oficialmente os seus valores científicos, ambientais, históricos, culturais, educativos, religiosos e turísticos, sendo considerada a maior reserva de Mata Atlântica urbana de Salvador.

Neste contexto considera-se a importância do Parque São Bartolomeu – situado na região periférica de Salvador, no subúrbio ferroviário – que, embora as entidades governamentais demonstrem algum reconhecimento quanto ao seu potencial sócio-histórico e riqueza em termos de alto valor ecológico, possui pouca projeção na sociedade soteropolitana.

Conforme informações obtidas no INEMA (BAHIA. INEMA, 2014), a região onde se localiza o PSB foi habitada pelos Tupinambás, grupo étnico denominado de “indígena” pelos portugueses. Eram guerreiros, muito organizados e resistentes, que praticavam a antropofagia como ritual de derrota do inimigo.

De acordo com as informações do INEMA (BAHIA. INEMA, 2014), os índios Tupinambás estiveram presentes no litoral da cidade de São Salvador onde se articularam com os africanos fugidos das fazendas e do Centro Histórico de Salvador, realizando muitas

batalhas. Lutaram em Itaparica junto com Maria Felipa de Oliveira pela Independência do Brasil na Bahia, em 1823.

De acordo com informações obtidas nos estudos de Barbosa (2003), em 1823 ocorreu a Batalha de Pirajá, onde brasileiros combateram as tropas portuguesas. A palavra Pirajá tem origem Tupi, designação que engloba os povos de língua tupi antiga, que habitavam a maior parte do litoral do Brasil no século 16, a exemplo dos próprios Tupinambás.

Conforme registros do INEMA (BAHIA. INEMA, 2014) houve a presença de guaranis ou tupis-guaranis na região do Parque São Bartolomeu e das Tradições Aratus. Os aratus eram agricultores e ceramistas e enterravam seus parentes envoltos em conchas e ostras.

De acordo com registros obtidos no INEMA (BAHIA. INEMA, 2014) o nome do Parque São Bartolomeu denota um sincretismo, onde o santo católico São Bartolomeu é sincretizado com a divindade do candomblé representada pela serpente e pelo arco-íris: Oxumaré/Oxumarê (Orixá), que é o responsável pelo ciclo da água na Terra e aquele quem transporta a água para o céu e a faz cair em forma de chuva. Neste sentido uma das cachoeiras presentes no Parque leva o nome Oxumaré/São Bartolomeu, sendo suas águas consideradas milagrosas e sagradas.

Conforme Palma (2005), dentro de suas matas, no século XIX, ocorreram batalhas importantíssimas quando da expulsão dos portugueses fiéis à Coroa de Portugal. Este lugar, afirma Palma (2005) foi cenário de uma das mais importantes batalhas comandadas pelo Lord Cochrane, contratado pela Coroa brasileira a auxiliar as tropas brasileiras pela luta da Independência da Bahia. Bairros como Pirajá, Cabrito e a área onde se encontra a foz do Rio do Cobre na atual Avenida Suburbana, foram os principais locais das lutas pela independência. De acordo com Palma (2005), a partir da metade para o final do século XIX, tornou-se o local preferido dos ritos afro-baianos por ser uma área afastada do centro de Salvador.

Conforme o Pangea (2004) a floresta, as cascatas, e as grandes pedras são consideradas sagradas, representando os diferentes orixás do Pantheon afro-brasileiro, constituindo-se nos objetos de culto, peregrinação e obrigações. Essa área, local de ritos e cerimônias de caráter individual como coletivo, fornece plantas e ervas sagradas, que são utilizadas para o uso nas cerimônias e oferendas, ou para práticas de medicina alternativa, dos Terreiros como de outros grupos de fitoterapia.

Por suas riquezas naturais, cachoeiras, córregos e árvores, esse cenário tropical foi o mais propício ao culto do Candomblé e suas manifestações, e não se deve esquecer, assevera

Palma (2005), que nos meados do século XIX, o culto ao candomblé era proibido; havia perseguições policiais aos seguidores do Candomblé, prisões e até mesmo condenações. Esse clima de hostilidade ao culto afro resultou que a reserva do Cobre, e em particular o baixo curso do Rio do Cobre, depois São Bartolomeu, fosse considerado o lugar ideal ao culto afro no século XIX e, depois, no século XX.

Conforme estudos realizados pelo Centro de Estudos Socioambientais - Pangea (2004), a região da Bacia Hidrográfica do Rio do cobre, compreendida entre a nascente da Lagoa da Paixão e a enseada dos Cabritos, mantinha no seu interior a principal reserva de água potável para os moradores da região.

Os estudos constatavam que qualquer proposta de revitalização e preservação ambiental no território da Bacia do Rio do Cobre /São Bartolomeu, não atingiria êxito se houvessem ações favoráveis ao desenvolvimento socioeconômico, possíveis de amenizar os altos índices de pobreza existentes naquela área, e, sobretudo, se para essa intervenção não houvesse a participação ativa da comunidade local.

De acordo ainda com o Plano de Manejo do PSB (2012), com o Decreto Municipal nº 5363 de 28/04/1978, o PSB, juntamente com a Represa do Rio do Cobre e o Sítio Histórico de Pirajá, passa a ser incorporado também ao Parque Metropolitano de Pirajá com uma área de 1.550 ha, criado pelo referido decreto. Na década de 1980, o território do PSB expandiu-se com a inclusão de 40,42 ha por meio do decreto 8.087 de 07/07/88. Também foi reconhecido pelo Decreto Estadual, nº 8.357, de 5 de novembro de 2002, que promoveu o seu tombamento como bem de valor cultural.

De acordo com as informações obtidas no Programa Memorial Pirajá (2007), foi construído em 1987 o Movimento de Defesa do Parque e um trabalho de Educação Ambiental que amadureceu uma concepção e metodologia de atuação focada nos eixos da gestão social, sustentabilidade e memória.

Trata-se de um movimento permanente por mais justiça e igualdade social e pelo direito a reconquistar o espaço para vivência de experiências pessoais, comunitárias, religiosas e de liberdade, em contato com a natureza. A proposta do Memorial Pirajá extrapola os limites do Parque, articulado a uma perspectiva integrativa homem-natureza, e envolve o Parque Metropolitano de Pirajá.

As lutas históricas pela independência da Bahia que ocorreram no Parque remetem às aspirações libertárias do povo baiano, em especial à população que vive no seu entorno. Essas

aspirações se reafirmam hoje na luta cotidiana por melhor qualidade de vida (UFBA/FACED, 2006). De acordo com informações obtidas no Diário Oficial do Estado da Bahia (2001), o decreto Estadual nº 7.970, de 05 de Junho de 2001, cria a área de proteção ambiental – APA Bacia do Cobre /São Bartolomeu nos Municípios de Salvador e Simões Filho, o que sugere o maior reconhecimento do valor do local pelo poder Público que reconheceu os valores históricos e culturais do Parque em 1978.

O referido decreto estabeleceu os objetivos da APA, destacando:

I - assegurar a qualidade das águas da Represa do Cobre, parte integrante do sistema de abastecimento humano de Salvador, dentro de limites compatíveis principalmente com o uso doméstico;

II - disciplinar o uso e a ocupação do solo na área;

III - tornar-se uma zona de proteção da Represa do Cobre;

IV - preservar e recuperar os ecossistemas de matas ciliares no entorno do espelho d'água. O Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre constitui espaço de discussão e encaminhamentos das diversas demandas das comunidades ali inseridas representadas, sobretudo, pelas lideranças comunitárias locais, mas também pelos órgãos gestores governamentais em nível estadual e municipal.

Nesse Conselho observou-se, a partir da análise e estudo das suas reuniões ordinárias e extraordinárias, que os representantes da sociedade civil reivindicam que esse Conselho seja deliberativo (ATA, 06 ago. 2010, fls.2.) e que recebam algum apoio financeiro (ajuda de custo) para transporte, a fim de participarem das reuniões, entre outras atividades que surgem e demandam seus conhecimentos sobre a APA.

Conforme ainda a Lei nº 9.985 (2000), o Conselho Gestor de uma APA possui um gestor, que é a pessoa responsável por conduzir a reunião, organizar as discussões, sendo uma referência para todos e que deve possuir conhecimentos sobre a própria APA, suas demandas e questões cruciais.

De acordo com a Lei nº 9.985 (2000), que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação(SNUC), um conselho gestor de uma APA/Unidade de conservação, geralmente é de caráter consultivo, ou seja, não decide sobre determinadas questões, que são avaliadas e discutidas, emite parecer, sugere e propõe encaminhamentos diversos.

O Conselho Gestor no território da APA é para propor e apoiar os programas e projetos, direcionados para o seu desenvolvimento social, ambiental, educacional, cultural,

político e econômico. Seus representantes não recebem nenhum tipo de remuneração pelo trabalho desenvolvido e pelos serviços prestados. Funciona com base no voluntariado.

Conforme (ATA de 11 abr. 2008, fls. 4) o Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu nesta época, era constituído por 48 representantes, sendo 26 membros da Sociedade Civil (Instituto Oyá de Arte e Educação, Associação de Ação Social São Francisco de Assis, Associação de União das Mães de Valéria, Associação Criança e família, Associação Beneficente dos Moradores do Loteamento Nova Canaã e Adjacências, Terreiro Angorô, entre outras). E por 22 de instituições públicas governamentais (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, Empresa Baiana de Saneamento – EMBASA; Empresa de Limpeza Urbana de Salvador - LIMPURB; Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - SEDUR; Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, entre outras.

Conforme informações do INEMA (2016), o Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu foi criado pelo decreto de nº 7.970 de 05 de Junho de 2001, e será tripartite e deverá obedecer ao critério de paridade entre os representantes de Órgãos Públicos dos três entes da Federação, representante da Sociedade Civil Local e dos Empreendedores Locais.

Conforme o Art. 2º, deste mesmo decreto, o Conselho Gestor da Área de proteção Ambiental Bacia do Cobre /São Bartolomeu, será composto por até 60 membros, envolvendo os segmentos do poder público, sociedade civil local e empreendimentos locais, sendo-lhes atribuído igual número de vagas, distribuídas de acordo com o presente decreto.

De acordo com portaria nº 7.461, de 12/05/2014/INEMA/SEMA, outras entidades não governamentais e governamentais compõe o Conselho Gestor: Associação de Moradores da Palestina; Associação de Moradores do Loteamento V. Valéria; Associação de Moradores Vista da Baía e Adjacências; Associação de Moradores Nova Esperança de Ilha Amarela; Associação Onzó de Angoró; Conselho Comercial do Bairro e Distrito de Pirajá; Conselho de Moradores de Valéria Professor Paulo Freire; Associação Beneficente de Moradores do Loteamento Nova Canaã e Adjacências; Associação União das Mães de Valéria e Adjacências; Associação Criança e Família; Associação Cultural e Social Ambiental; Comércio de Ferro Velho Braço Forte Ltda.; Moraes de Castro Comércio e Importação de Produtos Químicos; Pedreira Civil; Mercado Valéria; JM SAALECONSTRU; J. Missias & Mota Ltda. As governamentais são: Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM ; Polícia Militar da Bahia – PMBA, Secretaria Municipal da Reparação – SEMUR(Governamentais).

Conforme portaria nº 7.461, de 12/05/2014/INEMA/SEMA, que trata da recondução e composição dos membros, titular e suplente, representantes de órgãos públicos, da sociedade civil local e empreendedores locais, para compor o Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre, os membros da Sociedade civil local são em número de 20 e estão frequentando assiduamente, conforme informações atuais obtidas com o Gestor do conselho.

Essa composição, segundo os documentos arquivados (ATA, 11 abr. 2008, fl. 4), nunca esteve completa, pois alguns representantes das instituições não comparecem sistematicamente às reuniões ordinárias e estas devem ser substituídas, a exemplo do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, do Instituto Oyá de Arte e Educação e a Associação de Ação Social São Francisco de Assis.

As reuniões do Conselho Gestor acontecem nas sedes de alguns órgãos públicos que fazem parte do Conselho Gestor e outras, inclusive em locais das comunidades do entorno do Parque São Bartolomeu, que estão instalados junto à APA Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu.

Cita-se como exemplos: a Sala de reuniões do INEMA; Mezanino da SEDUR; Auditório do INEMA; Auditório da Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia - CERB; auditório da CONDER; sede do SINDAE - Sindicato dos Trabalhadores em água e Esgoto do Estado da Bahia; auditório da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Centro de Cidadania e Cultura de Pirajá, situado no bairro de Pirajá; sede da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, em Nova Brasília de Valéria.

Com o processo de requalificação do Parque São Bartolomeu, que será abordado especificamente no Capítulo IV, é que se discutirão com ênfase as questões relevantes e pertinentes a esse processo, as diversas ações que vêm sendo e já foram realizadas para se concretizar essa requalificação do parque pelos órgãos governamentais com a participação das comunidades daquela região, enfatizando-se a relevância do Conselho Gestor da Apa Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu. No momento, conforme informações de técnicos da Conder/BA(2016), o Parque é gerido por uma empresa contratada pela própria Conder.

Capítulo II

OBJETO E A METODOLOGIA DA PESQUISA

Considera-se relevante destacar o objetivo principal deste estudo, que é estudar a participação das comunidades do território da APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu no período de 2008 a 2014, buscando sua contribuição para a compreensão das demandas socioambientais ali existentes como elementos fundamentais para uma efetiva gestão socioambiental.

O estudo da participação das comunidades do território da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, inicialmente com ênfase no processo de requalificação do Parque São Bartolomeu(PSB), surgiu do interesse em verificar e avaliar a proposta de requalificação do Parque contida no Programa Memorial Pirajá (2007), considerando que, na região da Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu, se verifica pobreza acentuada, criminalidade, serviços precários de saúde, saneamento básico, educação, entre outros, e que são apontados e discutidos nas atas de reuniões do conselho gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu.

É preciso que se reflita sobre essas questões que envolvem os parques públicos de Salvador, sobretudo o Parque São Bartolomeu, os quais, nas palavras de Serpa, evidenciam:

[...] que projetos, programas e intervenções já foram realizados em função de estratégias de valorização do solo urbano, em bairros com maior concentração de população e de melhor poder aquisitivo. Essas estratégias se basearam em um modelo ideal de cidade, onde a criação de espaços públicos, o “embelezamento urbano”, entre outros, constituem estratégias de *marketing* urbano, de acordo com paradigmas importados. As opções de desenho urbano que são adotadas e a estética desses espaços reforçam seu caráter mercadológico. A observação *in loco* atesta a adoção de um partido a um só tempo estético e comercial. O parque confere “identidade” ao espaço urbano, é uma “imagem” a ser exibida e consumida como qualquer outra mercadoria. (SERPA, 2006, p. 15).

Por que então o Parque de São Bartolomeu não vem adquirindo essa imagem que deve ser exibida e propagada como um espaço rico em *marketing* ecológico, cultural e social? São reflexões a se fazer, quer defensores diretos ou não do Parque São Bartolomeu, moradores da região ou de qualquer outra parte da cidade de Salvador, desde quando o Parque é um Patrimônio Estadual.

A questão crucial, conforme Serpa (2006), é que esses programas governamentais de Requalificação dos Parques Públicos, não correspondem, via de regra, às áreas periféricas da cidade, onde ainda há o abandono de parques e praças. A perspectiva de Requalificação dos Parques e espaços públicos de Salvador, segundo Serpa (2006), não é determinada por estratégias baseadas no discurso da “sustentabilidade” ou do “desenvolvimento sustentável”, mas sim, e, sobretudo, na lógica da valorização do solo urbano e da ampliação do consumo e das alternativas de lazer para um público específico, com maior poder aquisitivo e capital escolar.

Conforme os estudos de Serpa (2006) mostram que embora os parques públicos sejam abordados tanto sob a ótica ambiental como sob a ótica do lazer, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Salvador, predomina a última lógica como diretriz das políticas de requalificação urbana desses equipamentos nos limites do território municipal.

Serpa (2006) enfatiza que, tendo em vista a pouca disponibilidade de recursos para a gestão e conservação dos parques públicos no território municipal, se prioriza aqueles espaços localizados em áreas com boa infraestrutura de comércio e serviços, e que possam exercer a função de atrativos turísticos da cidade.

Para Rego (2006), o parque de São Bartolomeu como se trata de um equipamento de uso coletivo, e não apenas de um ambiente utilizado para fins religiosos, desponta o dilema não previsto pelos planejadores urbanos: nos parques de uma cidade, cuja população é de maioria negra como Salvador, caracterizada como espaços de referência para o candomblé, a distinção entre os sítios sagrados e profanos torna-se comprometida.

Isso determinaria a não conservação da área com vistas à manutenção das possibilidades de sua utilização pelo povo do candomblé, que declara o temor em utilizar o parque pela violência instalada. Partindo do exposto, fica patente que as manifestações religiosas na área do Parque de São Bartolomeu no que tange ao candomblé, precisam ter a sua privacidade garantida e preservada, já que é um espaço público aberto às pessoas de todos os credos e níveis sociais.

Afirmava Palma (2005) que a pressão sofrida pela APA Bacia do Cobre, vem se agravando, desde a década de 1970, quando a cidade de Salvador aumentou em grande contingente os bairros de Pirajá, Valéria, Ilha Amarela e Periperi, sem que tenha sido acompanhado por planejamento urbano que visasse amenizar os seus efeitos nesses bairros, ocasionando um desequilíbrio com ocupações em áreas do entorno da reserva do Cobre, sobretudo com perdas significativas dos atributos naturais da referida APA.

Tratava-se de contaminação por esgotos domésticos das cachoeiras de Oxumaré, Oxum-Nanã e a Cachoeira do Cobre na altura do bairro de Pirajá (Rua Nova e Velha), do assoreamento da Lagoa da Paixão na altura do bairro de Valéria, onde se situa a principal recarga hídrica da Bacia do Cobre; da perda dos remanescentes florestais no alto Cobre, nos Bairros de Valéria e Periperi, no médio Cobre nos bairros de Pirajá e Ilha Amarela e do assoreamento dos manguezais do baixo Cobre, nas imediações da Avenida Suburbana.

Destacando a Lagoa da Paixão Palma (2005), verificou avanço gradual do assoreamento desse corpo hídrico, desde 2001, bem como mobilização da comunidade local que se manifestou quando realizou alguns movimentos em defesa da lagoa, a exemplo da Iª Caminhada de Preservação da Lagoa da Paixão pelo Colégio Estadual Noêmia Rêgo, em novembro daquele ano.

Esses movimentos foram de significativa importância como manifesto de alerta às autoridades públicas para os problemas socioambientais que se agravam naquelas comunidades do subúrbio ferroviário. No entorno da lagoa percebe-se a construção de loteamentos populares, aumentando sua degradação.

O que mais desperta a atenção no exposto acima é a postura do governo do Estado, quando divulga e sanciona legislações para a defesa do meio ambiente, mas, paradoxalmente, deixa dúvidas quanto à sua efetividade, sem falar da ausência do poder público municipal em muitas questões.

É importante salientar o quanto as comunidades da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu questionam a postura do Estado frente às questões socioambientais que são apresentadas neste estudo a partir do que se verifica nas atas do Conselho Gestor e no Plano de Manejo do PSB, sobretudo no que tange às questões ambientais específicas daquela APA, que requerem maior fiscalização por parte dos órgãos governamentais reguladores, para aplicabilidade das leis que tratam dos crimes ambientais.

A partir das questões mencionadas naquele território, é que se focaliza neste estudo a discussão sobre a gestão participativa, sobretudo dessa Unidade de Conservação – APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu. Para tanto, deverão ser aprofundados os conceitos de Território, Participação, Verticalidade e Horizontalidade nas decisões sociopolíticas que envolvam as comunidades em estudo e as representações governamentais.

Busca-se entender neste estudo como ocorre a participação das comunidades do entorno do Parque São Bartolomeu, e sua relevância como instrumento para a gestão social

daquele território, que, por ora, não se pretende aprofundar nem tampouco esgotar as discussões aqui expostas.

De acordo com o Programa Memorial Pirajá (2007), o Movimento de Defesa do Parque São Bartolomeu, Pirajá e adjacências demandou por nova abordagem e concepção de parque, considerando o caráter indissociável entre os aspectos culturais, históricos, ambientais e sociais. Foi relevante discutir, mesmo que resumidamente, o processo de requalificação do Parque São Bartolomeu e as relações estabelecidas entre os principais entes envolvidos, ou seja, os órgãos governamentais e as entidades representativas locais.

As atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, no período de 2008 a 2014, por se tratar de documentos que registram e contêm as principais pautas de discussão e avaliação dos problemas enfrentados por essas comunidades, foram utilizadas para caracterizar um breve perfil desses representantes da sociedade civil e do governo, seus posicionamentos políticos e ideológicos, bem como as questões socioambientais mais relevantes e existentes nas comunidades do entorno do Parque São Bartolomeu, e que são discutidas e avaliadas pelo conselho gestor nas reuniões.

A proposta de requalificação do Parque, contida no Programa Memorial Pirajá reúne um conjunto de projetos e ações para assegurar a preservação dos ecossistemas, integrantes da Bacia do Cobre, dos bens culturais e a promoção da qualidade de vida das populações das áreas ocupadas no entorno do Parque.

Quando da inserção deste autor na câmara técnica de educação ambiental sob a coordenação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, SEDUR E CONDER no ano de 2007, aconteceram os primeiros contatos com as lideranças comunitárias em participação nas reuniões da câmara técnica, que aconteciam em espaço da Secretaria de Meio Ambiente do Estado e nas sedes das entidades comunitárias.

Quanto ao processo da análise dos documentos em estudo, em princípio foram feitas leituras das atas de reuniões do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre; encontros com o orientador desta pesquisa para definição dos melhores procedimentos para análise. Organizaram-se as diversas questões verificadas nas atas em categorias: questões ambientais, políticas, sociais, saúde e culturais.

Foram construídos gráficos demonstrativos com as questões socioambientais destacadas nas reuniões do conselho gestor e com o foco nas falas dos conselheiros representantes comunitários e seus posicionamentos participativos frente a essas questões.

Leitura e Análise do Plano de Manejo do PSB (2012), documento que possibilitou a confirmação das questões discutidas em atas do Conselho.

Devido à complexidade das questões socioambientais referentes à APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu constatadas nesta pesquisa e o caráter interrelacional das demandas, redefiniu-se o recorte do objeto empírico da pesquisa para além do Parque São Bartolomeu, envolvendo o conjunto da Área de Proteção Ambiental territorializado pela participação.

Esclarecem Figueiredo e Souza (2011), que se o objeto de estudo pretende enfatizar o conhecimento de forma concreta, objetiva, mensurável, e utilizando-se de dados estatísticos, o método mais indicado é o quantitativo. Mas quando o objeto é traduzido em seu subjetivismo, no que tange a um fenômeno não mensurável, o método a ser proposto é o qualitativo.

No presente estudo optou-se pelo Método qualitativo da análise de conteúdo, e esta escolha decorre de se estar avaliando a Participação popular a partir do conteúdo de suas demandas em um contexto sociopolítico marcado por grandes contradições e conflitos, que requer reflexões para uma melhor compreensão das questões socioambientais lá existentes. Mas, também pelo fato desta técnica facilitar a compreensão crítica das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente e as significações explícitas ou ocultas.

Asseveram Figueiredo e Souza (2011), que o método da análise de conteúdo possibilita usar o conteúdo das mensagens escritas por intermédio de documentos, considerando-se que são mais estáveis, e, por isso, podem ser avaliadas quantas vezes forem necessárias. Concluem os autores que documentos como regulamentos, arquivos, pareceres, livros, diários, etc, podem ser usados como fonte de obtenção de dados de pesquisa. Nesta pesquisa a principal fonte documental foram as Atas das reuniões do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu.

É importante salientar que a análise e o estudo das atas do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre /São Bartolomeu, no período 2008 - 2014, o Programa Memorial Pirajá (2007) e o Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu realizado em 2012, nos possibilitou realizar importantes considerações no que tange ao processo da participação comunitária, uma melhor compreensão das questões socioambientais e as relações existentes entre os representantes do governo e da Sociedade Civil no Conselho Gestor da referida APA. As atas foram disponibilizadas pelos órgãos : INEMA, CONDER E SEDUR.

Outros procedimentos metodológicos foram adotados, como levantamento bibliográfico em fontes eletrônicas (site da SEDUR, INEMA, CONDER, FACED/UFBA);

fontes orais e/ou pesquisa de campo (levantamento de informações com os representantes dos órgãos estatais); fontes iconográficas (fotos antigas e novas), Cartografia.

Demais fontes impressas, a exemplo de livros, artigos, dissertações, monografias, revistas, legislações, etc.; foram pesquisados em bibliotecas (Biblioteca da Faculdade de Filosofia da UFBA, Faculdade de Educação da UFBA/FACED, Centro de Estudos Afros Orientais - CEAO) e outros órgãos públicos estatais.

Foram examinados também os relatórios de atividades da Prefeitura Municipal de Salvador no período de 2013-2016, que inclui informações sobre os Parques Públicos existentes no município e o Programa Memorial Pirajá, documento construído com a participação das comunidades existentes na APA Rio do Cobre/São Bartolomeu no ano de 2007.

Capítulo III

PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIAIS, ECONÔMICOS E AMBIENTAIS DA APA BACIA DO COBRE/SÃO BARTOLOMEU

De acordo com o Edital de Convocação dos membros do Conselho Gestor da área de proteção ambiental Bacia do Cobre/São Bartolomeu (2010), o Conselho Gestor de uma unidade de conservação pode ser compreendido como um espaço público jurídico-institucional, com representação de órgãos governamentais e sociedade civil, garantindo-se a participação paritária do poder público, empreendedores e populações locais que de alguma forma interajam com a Unidade de Conservação e seu entorno, para a gestão de seus conflitos, envolvendo a conservação, a proteção e uso dos recursos naturais.

Em seu Art.6º, o edital estabelece a finalidade desse conselho, o que deve contribuir para o efetivo processo de gestão participativa da referida Unidade de Conservação e assegurar a qualidade das águas da Represa do Cobre. Também deve disciplinar o uso e a ocupação do solo na área, preservar e recuperar os ecossistemas de matas ciliares.

Nas reuniões do Conselho Gestor da Apa Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu são discutidas, avaliadas e encaminhadas demandas existentes nas comunidades do território do Parque São Bartolomeu, e que podem ser respondidas com o processo de requalificação do Parque.

Envolve, sobretudo, os órgãos governamentais públicos representados pelo Estado e Município no que tange às respostas e à concretização do que as comunidades reivindicam, quais sejam: CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado), SEDUR (Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado), INEMA (Instituto do Meio Ambiente), SECIS (Secretaria Municipal Cidade Sustentável); Empresa Baiana de Saneamento – EMBASA; Empresa de Limpeza Urbana de Salvador - LIMPURB; Polícia Militar da Bahia – PMBA. *Corpo de Bombeiros da Polícia Militar da Bahia; Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR).*

Observou-se na análise das atas do Conselho Gestor, diversas demandas, em que os conselheiros representantes comunitários, revelam um conhecimento das questões existentes naquele território, questões essas de natureza ambiental, social, política e cultural, e reivindicam dos poderes públicos, encaminhamentos para as mesmas, incluindo-se a

requalificação do Parque. Dentre as questões relevantes apontadas e avaliadas no Conselho Gestor da Apa Bacia do Cobre, apresentam-se as de ordem **ambiental**:

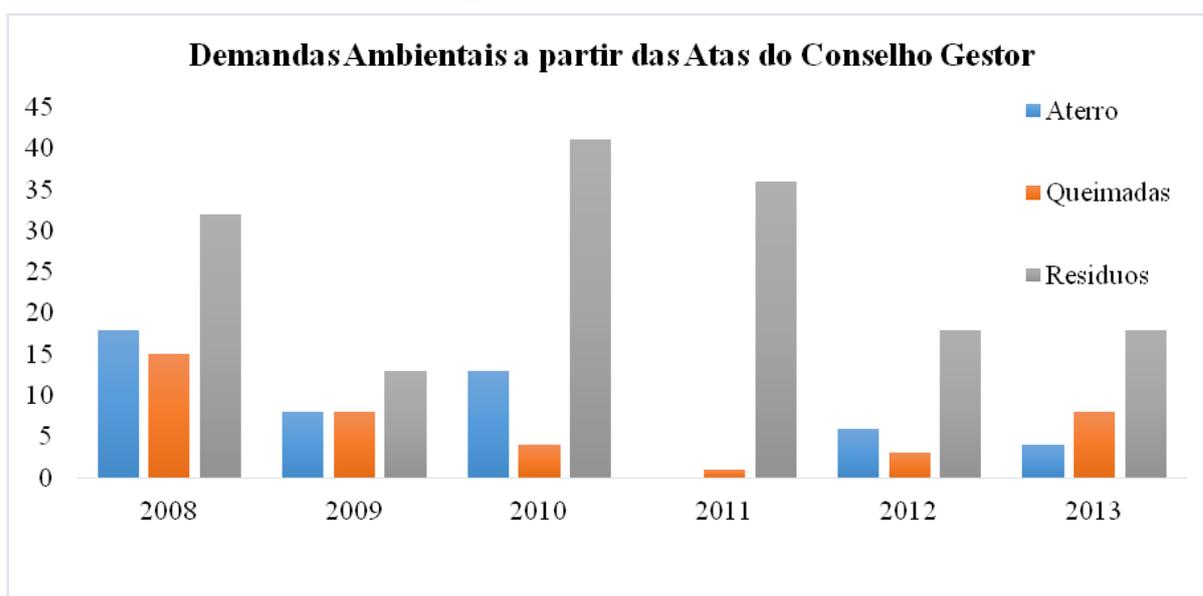
1) Aterramento de nascentes (ATA, 25 jan.2008,fl.1), (ATA, 09 Dez.2009,fl.3,5), ATA,16 Dez.2009,fl.1).

2) desmatamentos/queimadas (ATA, 25 jan.2008,fl.1), (ATA,27 mar.2009,fl.4); (ATA, 13 abr. 2012,fl.2).

3) Resíduos/Poluição (ATA, 27 mar.2009, fl.3-7), (ATA,16 Dez.2009,fl.1), (ATA, 25 nov.2011, fl.1-7), (ATA,01 jun.2012,fl.1-5), (ATA, 29 maio.2013, fl.1-3).

Essas questões são bastante discutidas nas atas de reuniões do Conselho Gestor da Apa Bacia Rio do Cobre /São Bartolomeu, e vivenciadas pelas comunidades daquele território, destacando-se como uma das questões mais discutidas nas reuniões do conselho gestor, a questão dos resíduos sólidos/poluição,conforme gráfico abaixo (fig 1).

Gráfico 1 - Demandas Ambientais a partir das Atas do Conselho Gestor



Conforme a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6938, de 31/10/1981), a poluição é definida como a degradação da qualidade ambiental, que é resultante de atividades que direta ou indiretamente, interferem e prejudicam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, afetem de forma desfavorável a biota, as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente.

Os registros de poluição encontrados nas Atas e no Plano de Manejo do PSB(2012) descrevem situações como degradação das lagoas por mineração de arenoso, contaminação

dos mangues e seus produtos por substâncias químicas, emissão de gases tóxicos por indústrias próximas à APA, a deposição de resíduos sólidos urbanos, esgoto transbordando devido à sobrecarga da rede por ligações clandestinas, entre outros.

Os resíduos que aparecem com muita frequência na pauta de discussão nas atas de reuniões do Conselho Gestor da Apa Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu, correspondem ao que Abreu(2007), define como resíduo sólido, ou seja : todo resto de atividades humanas, visto pelo geradores como inútil, indesejável ou mesmo descartável, comumente em estado sólido,semi-sólido ou líquido.

São descritas ocorrências de deposição de resíduos sólidos no Parque nos seguintes lugares: em terrenos baldios, encostas do PSB, cachoeiras, e conforme consta no Plano de Manejo do PSB (2012) existe uma Cooperativa de Reciclagem, que está instalada no bairro de Ilha Amarela. Esta cooperativa recolhe e guarda material reciclado dentro do PSB sem um sistema de armazenamento adequado, contribuindo para a contaminação dos solos e corpos hídricos. Além disso, a cooperativa ocupa espaços de infraestrutura que foram construídos dentro do PSB com finalidades de uso recreativo.

Concordando com Abreu(2007), que lixo seria aquilo que ninguém quer ou que não tem valor comercial, quase nada que é descartado, pode ser visto como lixo. Neste sentido o que se constata nos registros das Atas, bem como no Plano de Manejo do PSB é a necessidade de ações de educação ambiental com a população local e cooperativas de materiais recicláveis organizadas, salientando, conforme mencionado anteriormente, a existência de uma cooperativa na área do PSB, funcionando de forma inadequada.

Verifica-se também o quanto a questão do esgotamento sanitário (**Sistema de Esgotamento Sanitário Precário**) – (ATA,11 abr.2008, fl.2), (ATA,09 Dez.2009,fl.3,4), (ATA,25 nov.2011,fl.4,5) é séria e requer das autoridades governamentais e seus respectivos órgãos responsáveis, as devidas ações que possam prover esta demanda.

Essa precariedade é muito presente nas comunidades de baixa renda, a exemplo das comunidades do entorno do Parque São Bartolomeu, e já conhecendo os problemas de saúde delas decorrentes,como afirma os estudos de Abreu(2007):

As águas poluídas por matéria orgânica são um meio propício para o aparecimento de organismos patogênicos, veiculadores de diversas doenças, como *Escherichia coli* (diarréia), *Salmonella typho* (tifo), *Vibrio Cholerae* (cólera), *Leptospira sp* (leptospirose), *Shigella dysenteriae* shigelose, (disenteria),entre outras. Estes patógenos podem ainda causar hepatite, micoses, infecções oculares, otite, infecções nas mucosas,

garganta e faringe. Perigo adicional resultante da presença destes agentes patogênicos na água é que muitos animais podem acumular e concentrar estes organismos, podendo ser transmitidos para o homem, através destes. (ABREU,2007,p.20).

O exposto acima remete a refletir que essas doenças são históricas, e que se houvesse políticas específicas com ações eficazes na área do saneamento e esgotamento sanitário, muitas delas já teriam sido erradicadas no país e em outros países subdesenvolvidos.

Isto é preocupante, pois o “reaparecimento” de muitas dessas doenças infectocontagiosas, ditas “erradicadas”, estão dizimando vidas, quando se poderia evitar tais endemias. Assim, afirma-se a legitimidade da demanda popular no Conselho Gestor encaminhada ao Estado enquanto promotor e executor de políticas sociais que interferem diretamente no estado saúde/doença das populações, sobretudo àquelas mais vulneráveis socialmente.

Conforme Abreu (2007) existem tecnologias suficientes para reduzir o potencial poluidor dos esgotos e efluentes domésticos em geral, a exemplo de lagoas depuradoras, que reduzem o teor de nitritos e fosfatos da água, emissários submarinos que permitem que os esgotos domésticos sejam lançados em regiões distantes da costa, o que favorece a degradação natural dos compostos orgânicos.

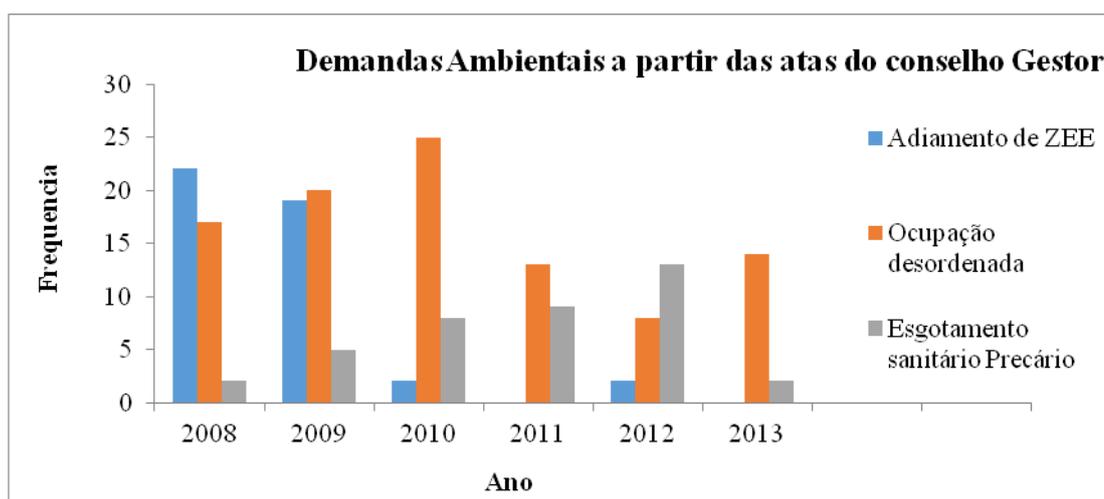
Dessa forma é preciso avaliar que, apesar de todo o desenvolvimento tecnológico nessas áreas, já se deveria constatar o equacionamento ou mesmo a minimização desses problemas nas grandes cidades brasileiras. Em muitas delas, ou mesmo na maioria, não há um sistema de saneamento básico e tratamento de esgotos ainda eficiente.

Nas atas do Conselho Gestor da APA, são mencionadas precariedades no esgotamento sanitário quando os conselheiros comunitários afirmam que o Sistema de Esgotamento Sanitário não está funcionando: “quando há chuva enfrentamos as piores situações”; “Precisam de articulação entre as Secretarias, uma linguagem comum entre gestores, para melhorar as relações entre governo e as pessoas”; (ATA,11 abr.2008, fl.2,3).

4) Protelamento do Zoneamento Ecológico e Econômico da APA - ZEE pelo Estado (ATA, 25 jan. 2008, fl.1,2), (ATA, 11 abr.2008, fl.4), (ATA, 26 mar.2009, fl.1,5), (ATA, 09 Dez.2009, fl.2,3), (ATA,13 abr.2012, fl.1) ,(ATA, 29 maio.2013, fl.3).. E as **Ocupações Desordenadas em Área de Preservação Ambiental** (ATA, 25 jan.2008, fl.1), (ATA, 25 jul.2008,fl.3-5), (ATA, 27 mar.2009, fl.3-6), (ATA, 25 Nov.2011, fl.2,4), (ATA,13 abr.2012, fl.2). Essas questões de natureza socioambiental são bem presentes nas pautas de

discussões das atas do conselho gestor. O **gráfico 2**, abaixo, incluindo a questão do esgotamento sanitário, mostra a ocorrência das demandas relativas a esses problemas ambientais;

Gráfico 2 - Demandas Ambientais a partir das Atas do Conselho Gestor(2)



5) Saneamento Básico/Esgotamento Sanitário: como se verifica nas reuniões desse Conselho Gestor, em cujas atas há os registros das discussões sobre esta questão (ATA, 11 abr. 2008, fl.5), (ATA, 30 mai. 2008, fl.2), (ATA, 09 Dez.2009, fl.4), (ATA, 16 Dez.2009, fl.1), (ATA, 03 mar. 2010 fl.1), (ATA, 06 ago. 2010, fl.2), (ATA 25 nov. 2011, fl.4).

Conforme se verifica nas atas de reuniões do Conselho Gestor da Apa Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu, os representantes comunitários que integram o Conselho Gestor da Apa Bacia do Cobre, verbalizam que há um protelamento do ZEE por parte do Estado naquela região do Parque São Bartolomeu, reconhecendo a sua importância (do ZEE) para o desenvolvimento das comunidades do entorno do Parque São Bartolomeu.

Pode-se considerar com base na análise das atas do conselho gestor, que esta demanda é uma das mais discutidas pelo conselho, percebendo-se a partir das falas dos conselheiros não governamentais, que o Estado precisa dar mais atenção a isso. É importante salientar que esta demanda do ZEE, apesar de ser bem frequente nas discussões das reuniões do conselho, não aparece nas pautas das reuniões do ano de 2011 e 2013, mas é preciso considerar a sua relevância e que a sua discussão aparece na maioria das atas, conforme gráfico 2 acima.

No que tange a pouca atenção dada ao ZEE pelo Estado, as falas dos conselheiros governamentais revelam isso : “o Zoneamento é o princípio de tudo. Se não resolver, não viremos mais”. (ATA, 25 jan. 2008, fl.2); “convocar os órgãos públicos, pois está um

descalabro”; (ATA, 25 jan. 2008, fl.4); “deveríamos ter o Zoneamento, antes de votar qualquer novo projeto”; “quando sai o Zoneamento, quando já se destruiu tudo?”;

“Se tem dinheiro para tudo, porque não se tem dinheiro para concluir o Zoneamento?” (ATA, 26 mar.2009, fl.5,6); ” Solicitamos pronta resposta do gestor sobre as demandas das Atas e pedimos que seja feito o Zoneamento da APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu”; “Nós fomos enganados e há uma espécie de 'enrolação' para fazer o tempo passar sem que atitudes sejam tomadas ”(ATA,13 abr.2012, fl.1,4).

Para entender que a ausência de ZEE é um problema socioeconômico e ambiental, é necessário compreender que, de acordo com a Lei Estadual (nº 7.799/2001), o zoneamento ambiental, concebido pelo Poder Público Estadual e Municipal, nos diversos âmbitos de competência, com a participação da sociedade civil, tem como objetivo harmonizar as políticas públicas com a política ambiental, norteador o desenvolvimento socioeconômico, para garantir a qualidade ambiental e a distribuição dos benefícios sociais.

Para tanto, deve-se considerar os aspectos referentes à compatibilização do uso do solo, as potencialidades e as limitações ambientais, em nível local mas com o planejamento regional, o resgate de áreas degradadas e a proteção de áreas ameaçadas de degradação. Previsto na Lei nº 6.938/81, Política Nacional do Meio Ambiente, o ZEE tem como objetivo principal, a promoção do desenvolvimento sustentável.

Conforme informações obtidas no informativo ZEE BAHIA, Governo do Estado da Bahia, Oficinas de capacitação – Política e Plano Municipal de Saneamento Básico/SEDUR (2013), o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE BAHIA, tem como objetivo geral organizar, de forma articulada, as decisões dos agentes públicos e privados no que tange a planos, programas, projetos e atividades que se utilizam de recursos naturais direta ou indiretamente.

Conforme informações (BAHIA. SEDUR, 2014), o ZEE-BA é um instrumento em processo contínuo de aprimoramento e atualização, que prevê uma integração progressiva de outros instrumentos de gestão ambiental e novos planos de informação oficiais, tais como mapas temáticos, bases cartográficas, imagens de satélite, disponíveis em diferentes escalas.

Constata-se insatisfações com questões que precisam ser respondidas a curto e médio prazos, como as assinaladas acima, e que muitas vezes o poder público protela e atrasa, justificando falta de recursos, prazos licitatórios—sendo respostas comuns quando se trata de poder público.

6) Revitalização do Parque São Bartolomeu (ATA, 25 jan.2008,fl.1), (ATA, 25 jul.2008,fl.3,4,5), (ATA,25 nov.2011,fl.1). (ATA 29 maio. 2013, fl.2).

A demanda por requalificação do Parque, foi registrada em atas de 2008, 2011, 2013 e é relevante ressaltar, que os representantes comunitários que participam do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, realizam contribuições ao discutir as questões e alternativas de encaminhamento às mesmas, com base em suas experiências e informações que possuem sobre o Parque São Bartolomeu e as comunidades que representam.

O projeto de Requalificação do Parque São Bartolomeu – cujos representantes locais e das instituições governamentais, que compõem o Conselho Gestor da APA Bacia Rio do Cobre, estão envolvidos – vem sendo construído ao longo das últimas décadas e requer acompanhamento e avaliação de seus objetivos e interesses.

Na 4ª Reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre, referente ao ano de 2008 (ATA, 25 jul. 2008, fl. 3) e no ano de 2010 (ATA, 15 out. 2010, fl. 2, 3), o Programa Memorial Pirajá foi mencionado e os representantes do governo propuseram a criação de quatro câmaras técnicas, com a participação dos representantes locais e governamentais, reconhecendo o Conselho Gestor como foro de discussão para apresentar demandas ao Estado. Novamente na 4ª reunião ordinária desse Conselho Gestor referente ao ano de 2010(ATA, 15 out. 2010, fl. 2, 3) faz-se menção ao programa Memorial Pirajá, e o Estado propôs estudo de modelo de Gestão do Parque com a participação da comunidade local.

Já na Ata da 3ª reunião, do ano de 2013 (ATA, 30 ago. 2013, fl. 3), verifica-se, na pauta de discussões, o registro de que o prazo de conclusão das obras de revitalização do Parque São Bartolomeu não foi cumprido. Essa situação os representantes comunitários interpretam como não prioridade e óbices burocráticos pelo governo do Estado, quando a previsão de término era para junho de 2012, conforme consta em ata da 2ª reunião extraordinária, do ano de 2011(ATA, 25 nov. 2011, fl. 3) e ata da 2ª reunião ordinária do ano de 2012 (ATA, 01 jun. 2012, fl. 4).

Observando-se as ações específicas de natureza ambiental, contempladas e propostas no Programa Memorial Pirajá, constata-se que a maioria delas constam nas pautas de reuniões do conselho gestor da Apa Bacia Rio do Cobre São Bartolomeu, a exemplo de: **preservação das nascentes, cercamento do Parque, elaboração e implementação de sistema de controle e fiscalização, manejo e conservação, esgotamento sanitário, zoneamento dos usos (ZEE), fontes poluidoras e de degradação.**

São questões importantíssimas, e que precisam, de fato, serem acompanhadas pelo referido conselho, desde quando o Programa Memorial Pirajá as preconiza como ações relevantes para o desenvolvimento daquele território, sobretudo para a preservação e gestão dos recursos naturais lá existentes.

7) Plano de manejo sem eficácia (ATA, 03 mar. 2010, fl.2), (ATA, 25 nov.2011, fl.2), (ATA 13 mai.2011, fl.3,4). É patente a insatisfação das comunidades representativas do Conselho Gestor da Apa Bacia Rio do Cobre com essas questões que precisam ser respondidas a curto e médio prazos. O gráfico 3 a seguir demonstra o quanto as questões do **Plano de Manejo da Apa Bacia do Cobre e a Revitalização do Parque São Bartolomeu** são assuntos frequentes nas reuniões do Conselho Gestor.

No que tange ao Plano de Manejo é relevante um breve conhecimento acerca deste instrumento. A série Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação publicada pelo Ministério do Meio ambiente (2015), traz importantes informações acerca deste documento. Explicitando-o como um documento técnico de enfoque multidisciplinar que deve ser elaborado a partir de diversos estudos.

Conforme série (MMA, 2015) o Plano de Manejo inclui diagnósticos do meio físico, biológico e também social, e deve apresentar os objetivos da Unidade de Conservação, estabelecendo o zoneamento e as normas para o uso da área; deve definir restrições de uso, manejo dos recursos naturais e culturais da Unidade de Conservação e do seu entorno imediato, a exemplo de zonas de amortecimento e corredores ecológicos.

Deve incluir também a implantação de estruturas físicas para garantir processos ecológicos e minimizar impactos negativos. O plano de manejo pode ser realizado por diferentes segmentos da sociedade até no máximo cinco anos depois de criada a Unidade de Conservação. Também necessita ser revisado e atualizado periodicamente (MMA, 2015).

Os questionamentos acerca do Plano de Manejo da APA Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu, verificados em algumas reuniões do Conselho Gestor e registrados nas atas em estudo, revelam a insatisfação das comunidades representadas no conselho, quando cobram mais eficácia em termos de resultados e de execução desse instrumento, e quando apontam os excessos de burocracia:

“por Lei cada área de preservação deveria ter um Plano de Manejo, o Parque e a APA”; “o povo não está pedindo nenhum favor”; “o Governo tem de cumprir com o seu dever Moral e Ético”; “acordamos a construção do Plano de Manejo da APA e até agora não se viu

nada acontecer”;" como é que a Casa Civil faz uma promessa e não cumpre? ”; “ Nos não somos palhaços! “(ATA 25 nov.2011, fl.5, 6,7); “cobramos mais agilidade da SEMA na ação e trabalhos para com o Plano de Manejo”; “ já tem um ano que foi assinado o convênio e ainda não saiu do papel ”, (ATA 13 mai.2011, fl.2,3).

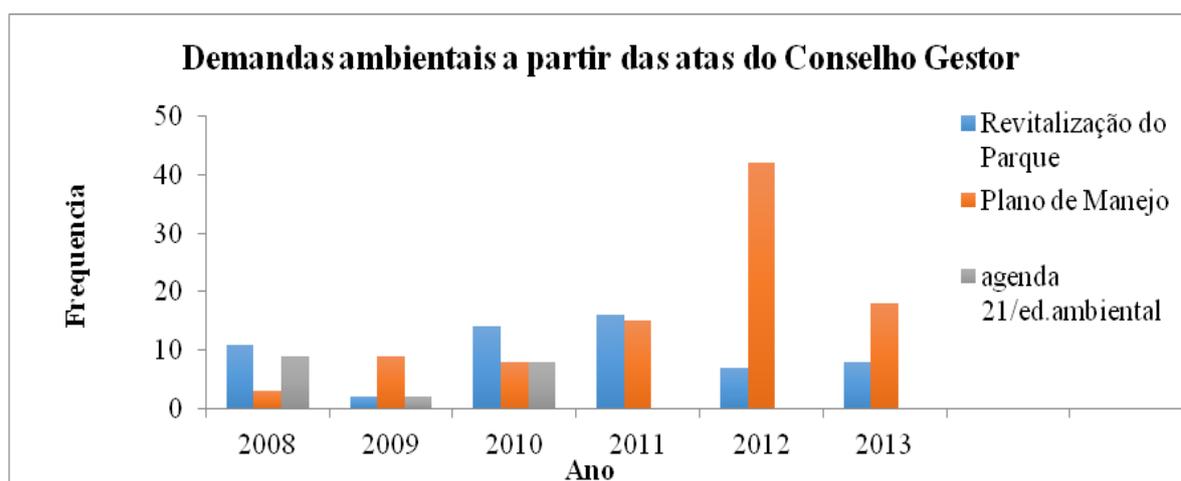
Para elucidar esses questionamentos é relevante citar os obstáculos quanto à execução do Plano de Manejo, relacionados nos estudos contidos na referida Série (MMA,2015) :

1. Ainda é produzido para atender a exigências burocráticas, não como instrumento de planejamento, conseqüentemente, grande parte dos planos existentes permanece desatualizado;

2. Há excesso de sofisticação desse documento, cuja elaboração tornou-se objeto do trabalho de especialistas. O produto final quase sempre não é explicitado à população local.

A partir do exposto acima é pertinente o questionamento das entidades não governamentais que fazem parte do Conselho Gestor da Apa Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu, quando verbalizam a existência de excessos de burocracia no que tange a esse instrumento, que não é compreendido nem explicitado às comunidades, prevalecendo um tecnicismo burocrata.

Gráfico 3 - Demandas Ambientais a partir das Atas do Conselho Gestor (3)



É relevante considerar a importância que os projetos de educação ambiental têm para o Parque São Bartolomeu e que são poucos discutidos e mencionados nas atas do conselho gestor da APA e no Plano de Manejo do PSB, ressaltando-se a gravidade das questões socioambientais existentes naquele território.

Conforme a Lei Federal Nº 9.795, sancionada em 27 de abril de 1999 e publicada no D.O.U. de 28 de abril deste mesmo ano, institui-se a Política Nacional de Educação Ambiental. Esta é a mais recente e importante lei para a EA, que a define como processo em que o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente e onde estão contidos os seus princípios, dos quais se destacam:

- Abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- Vinculação entre a ética, educação, trabalho e as práticas sociais.

Estas concepções remetem a compreender a amplitude do processo da Educação Ambiental, no qual a “mudança” como palavra-chave em sua definição, deve estar associada à construção de conhecimentos e à transformação dos valores societários vigentes.

Fomentar uma nova cultura, ética e postura do ser humano frente ao meio ambiente deve ser um dos pilares do processo da Educação Ambiental, visto ser ele o principal ator e sujeito desta mudança que vai refletir nas gerações atuais e futuras, nos sistemas e estruturas de Estado, nas políticas públicas dos diversos setores, nas diferentes sociedades.

Conforme a série Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação (2015) no que tange à educação ambiental, há um reconhecimento de que seu papel vai muito além da “conscientização” do indivíduo sobre seus deveres para com o meio ambiente. Portanto, considera-se relevante destacar essa lacuna nas discussões do conselho, embora o Programa Memorial Pirajá (2007), tenha destacado ações e projetos pertinentes à educação ambiental no território do Parque São Bartolomeu.

No que tange às questões de **ordem política**, observou-se em algumas atas e nas demandas discutidas que os representantes comunitários revelam conhecimento dessas questões existentes naquele território como um todo, e cobram dos poderes públicos o equacionamento das mesmas. Foram identificados problemas de ordem política nas Atas examinadas, a saber :

1) **Renovação do Conselho Gestor** (ATA, 25 jan.2008. fl.1), (ATA, 11 abr.2008. fl.1-5), (ATA, 03mar. 2010 fl.2), (ATA, 29 maio. 2013 fl.2).

A questão central deste item é a ausência de muitas instituições às reuniões do Conselho Gestor, sobretudo as governamentais, o que gera insatisfação aos conselheiros comunitários que são assíduos nas reuniões. Essa composição, conforme (ATA, 11 abr. 2008,

fl. 4), nunca esteve completa e, por conta disso, o conselho gestor opina pela substituição das mesmas, a exemplo do próprio IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente: “Este conselho só funciona quase que exclusivamente pela participação da Sociedade Civil que aparece em peso”. (ATA, 09 Dez.2009. fl.1);

Conforme anteriormente citado o Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, constituía-se nesta época de um total de 48 representantes, sendo 26 membros da Sociedade Civil (Instituto Oyá de Arte e Educação, Associação de Ação Social São Francisco de Assis, Associação de União das Mães de Valéria, Associação Criança e família, Associação Beneficente dos Moradores do Loteamento Nova Canaã e Adjacências, Terreiro Angorô, entre outras), 22 membros de instituições públicas governamentais.

2) Ausência de fiscalização por parte dos órgãos reguladores (ATA, 25 jan.2008, fl.1), (ATA, 11 abr.2008, fl.4), (ATA, 03 mar. 2010 fl.2), (ATA, 13 mai.2011, fl.8), (ATA 01 de jun.2012, fl.2).

3) Omissão do Ministério Público Estadual, (ATA, 25 jan.2008, fl.1), (ATA, 27 mar. 2009 fl.1), (ATA, 09 Dez.2009, fl.2), (ATA 01 nov.2012, fl.1), (ATA, 11 abr. 2008, fl.1), (ATA, 30 mai. 2008, fl.3), (ATA, 09 Dez.2009, fl.4), (ATA,13 abr.2012,fl.1), (ATA, 29 maio.2013fl.2).

4) Descumprimento de prazos pelos órgãos governamentais (ATA, 25 nov. 2011, fl.1), (ATA 01 de jun.2012, fl.2);

5)Excesso de burocracia por parte do Estado (ATA, 03mar. 2010 fl.1), (ATA, 12 mar.2010, fl.3), (ATA 29 mai.2013, fl.1).

6) Falta de ações efetivas por parte do Estado (ATA, 25 jan.2008, fl.1);

7)Falta de consulta ao Conselho para implantação de determinados projetos (ATA, 09 Dez.2009. fl.1), (ATA, 25 Nov.2011. fl.1), (ATA 01 jun.2012, fl.1) , tais como : projeto de acesso para o Hospital Geral do Subúrbio pela SEDUR; o saneamento básico das comunidades vizinhas, projetos de infraestrutura urbana; Permacultura etc.

Os gráficos abaixo representam a constância dessas demandas nas reuniões do Conselho Gestor:

Gráfico 4 - Demandas Políticas a partir das Atas do Conselho Gestor

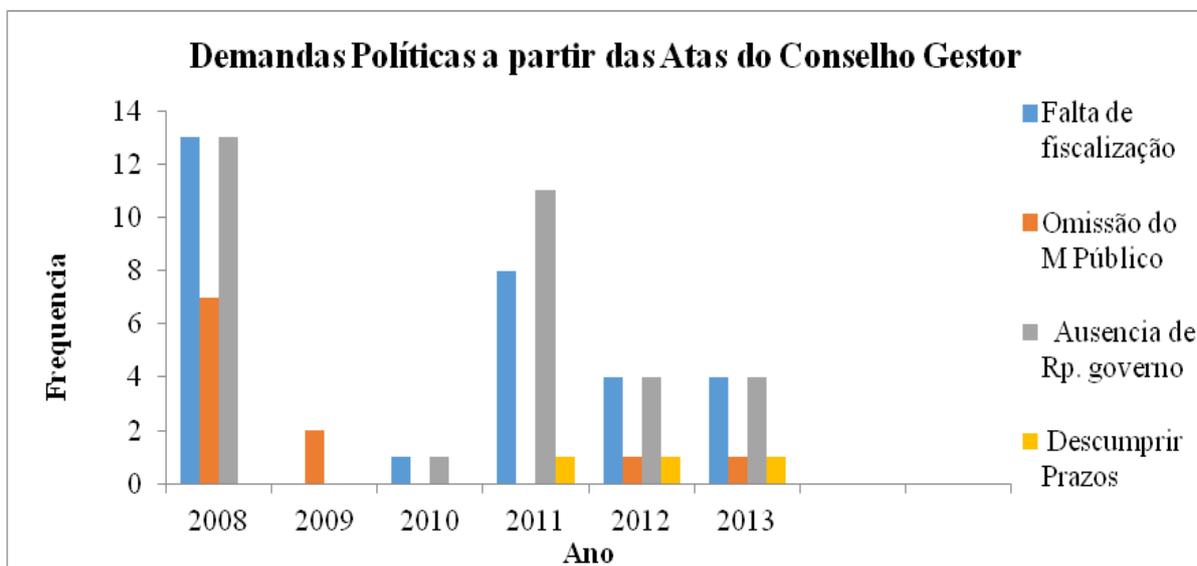
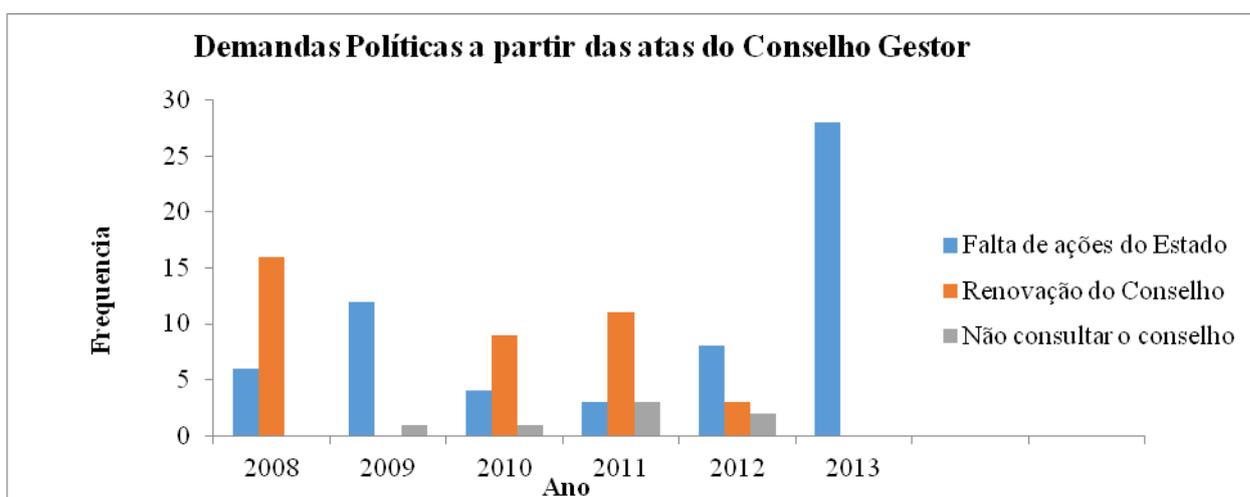


Gráfico 5 - Demandas Políticas a partir das Atas do Conselho Gestor (2)



Dentre as questões de natureza **social**, destacam-se:

1) Famílias em situação de pobreza, vivendo em moradias precárias (ATA, 27 mar. 2009 fl.3); (ATA, 17 dez. 2009 fl.1); (ATA, 25 jul.2008, fl.4,5); (ATA, 28 nov.2008, fl.1,2); (ATA, 25 nov.2011, fl.1); (ATA 13 abr.2012, fl.2).

Essa questão, relacionada também à saúde/doença, expõe as populações de baixa renda às situações de risco. O que se pode questionar aqui é o porquê dessa situação ter se agravado, permitindo a essas famílias sem orientação e assistência, ocuparem essas áreas no

entorno da Apa Bacia Rio do Cobre. Esta questão é bastante evidenciada como se vê nas atas (ATA, 13 mai.2011, fl.8), (ATA 01 de jun.2012, fl.2).

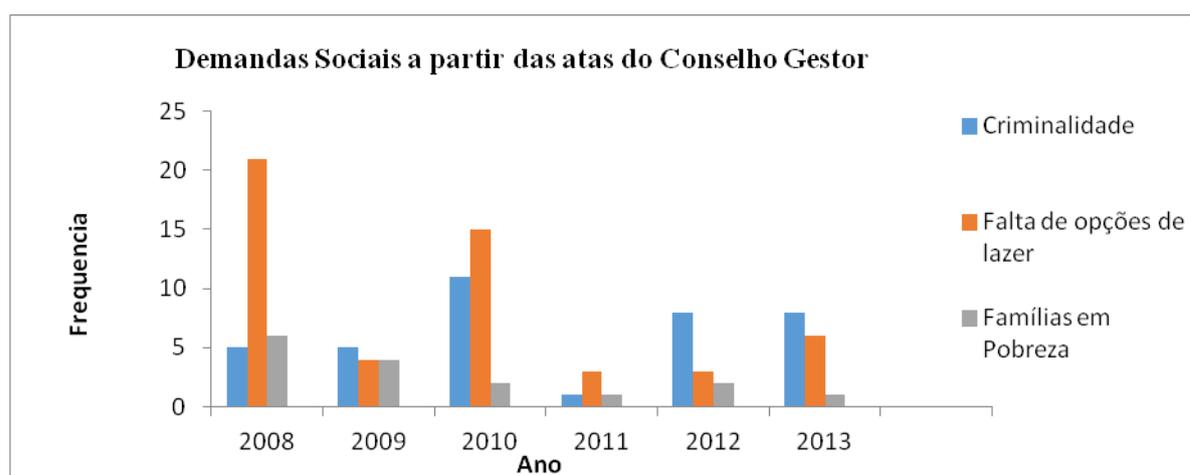
2) Criminalidade, a que estão expostos os moradores (ATA, 25 jan.2008, fl.1), (ATA, 11 abr.2008, fl.2), (ATA, 09 Dez.2009, fl.3), (ATA, 25 nov.2011, fl.8), (ATA 13 abr.2012, fl.2).

3) Falta de opções de lazer (ATA, 25 jan.2008, fl.1), (ATA, 30 mai.2008, fl.3,4), (ATA, 27 mar. 2009 fl.3,4), (ATA 13 abr.2012, fl.1). Espera-se que, com o processo de Requalificação do Parque São Bartolomeu, ampliem-se as opções de lazer para aquela população, sendo esta uma demanda também presente nas pautas de discussões das reuniões do Conselho Gestor.

4) Reivindicação de creches Comunitárias (ATA, 26 ago. 2008, fl.1), (ATA 25 nov.2011, fl.1).

5) Qualificação e aproveitamento de mão de obra local nos projetos e ações implementadas pelo Estado (ATA, 25 jan.2008, fl.1), (ATA, 11 abr.2008, fl.2), (ATA, 30 mai.2008, fl.5,6), (ATA, 16 dez. 2009 fl.2), (ATA 27 mar. 2009 fl.2). Como se verifica no gráfico abaixo as questões de **criminalidade, falta de opções de lazer e famílias em situação de pobreza** são as mais discutidas nas reuniões do conselho gestor:

Gráfico 6 - Demandas Sociais a partir das Atas do Conselho Gestor



Quanto à questão da falta de opções de lazer, essa discussão é muito presente nas reuniões do Conselho Gestor quando os representantes comunitários sinalizam esta escassez para a população. Verbalizam que os poucos espaços existentes como campos de futebol, o

poder público quer construir escolas e não ampliá-los: “tem um campo e a prefeitura quer implantar uma Escola nele e como opção de lazer, nós mesmos tentamos ampliar outro campo que fica na área da APA ;”

“ Isto é para prejudicar a comunidade”; “este conselho precisa de mais respeito, o governo de vocês não cumpriu um terço do que prometeu, principalmente na área social” (ATA, 11 abr.2008, fl.1,2), (ATA, 13 mai.2011, fl.8), (ATA 01 de jun.2012, fl.2).

No que tange **às questões sociais**, o Programa Memorial Pirajá apresenta importantes ações e que estão presentes nas pautas de discussões das reuniões do Conselho Gestor, tais como: população local em situação de vulnerabilidade e baixa renda; empreendedorismo, formação e qualificação de mão de obra; assistência social à juventude, família e idoso; atendimento em creches e pré-escolas; projeto pró-moradia, fortalecimento e ampliação da rede social, Produção habitacional e Segurança.

6) Saneamento Básico: como se verifica nas reuniões desse Conselho Gestor, em cujas atas há os registros das discussões sobre esta questão (ATA, 11 abr. 2008, fl.5), (ATA, 30 mai. 2008, fl.2), (ATA, 09 Dez.2009, fl.4), (ATA, 16 Dez.2009, fl.1), (ATA, 03 mar. 2010 fl.1), (ATA, 06 ago. 2010, fl.2), (ATA 25 nov. 2011, fl.4).

7) Escassez de postos de saúde/precariedade dos serviços de saúde: conforme discussões nas reuniões do Conselho Gestor da APA Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu, apontam com frequência tais demandas (ATA, 11 abr.2008 fl.5), (ATA, 09 dez. 2009 fl.2), (ATA, 16 Dez. 2009, fl.1), (ATA 29 mai.2013, fl.1).

É relevante ainda considerar, no que tange à saúde, as dificuldades por que passam as comunidades da periferia de Salvador, mais especificamente aquelas localizadas no entorno do Parque São Bartolomeu, como Ilha Amarela, Pirajá, Plataforma, Lobato, entre outras, que convivem com esses serviços precários de saúde, incluindo a escassez de profissionais da área.

De acordo com os estudos de Abreu (2007), a saúde coletiva é resultado da relação correspondente entre a saúde individual e o saneamento básico e ambiental; o saneamento está diretamente ligado ao controle de doenças, ao bem-estar e à proteção ambiental, concebido, portanto, como o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que tem efeitos deletérios sobre o seu bem-estar físico, mental ou social.

Ainda de acordo com Abreu (2007), o termo ‘saneamento básico’, criado na década de 1950, significa o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais, com destaque

para o abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Conclui Abreu (2007), que esses fatores se referem aos cuidados com a água, o esgoto, a drenagem e o lixo, bem como ao controle da poluição nos ecossistemas locais, garantindo, assim, a saúde da população. Compreende-se, assim, a relevância da saúde pública e sua relação direta com os demais fatores de ordem ambiental, citados e discutidos nas reuniões do Conselho Gestor da Apa Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu e registrados nas atas aqui analisadas.

Pelo que se observa nas atas do conselho gestor da Apa Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu, essa questão de saúde é bastante problemática naquela região, e já instalada há muitas décadas. Em Palma (2005), a questão saúde/doença no PSB está diretamente relacionada às ocupações desordenadas, a que se expõem as populações de baixa renda:

O espaço a que nós estamos nos referindo é a Área de Proteção Ambiental do Cobre. O lago, criado pelo barramento do rio do Cobre, possui função estratégica no abastecimento do subúrbio de Salvador, sobretudo dos bairros de Pirajá, Cabrito, Rio Sena e Ilha Amarela. Esse é o argumento que a empresa Embasa utiliza para defender a retirada à força dos moradores que residem no entorno da reserva do Cobre. Desde a década de 1980, muitas pessoas compraram lotes de terra de forma irregular nessa área, principalmente no bairro de Pirajá, Ilha Amarela, Rio Sena, e ao longo da BA 528 que liga a BR 324 a Base Naval de Aratu. Essa “posse” da terra nunca foi dada pela Prefeitura Municipal do Salvador, o que faz com que essas pessoas estejam em situação considerada **‘irregular’** por parte da Embasa. (PALMA, 2005, p.09).

Esse conflito estabelecido entre a empresa de águas e saneamento do Estado da Bahia e os moradores, é apenas um, dentre outros, envolvendo órgãos governamentais, avalia Palma (2005), e que foi levado até a justiça via Ministério Público Estadual. Na atualidade os mesmos conflitos permanecem, conforme se verifica nas discussões das reuniões do conselho gestor da Apa Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu: “com relação à Bacia do Cobre, o elementar não foi feito para se ter credibilidade, pois casas estão sendo construídas, galpões, aterros” ;

“Há desmatamentos, queimadas e ninguém toma uma providência” ; “ havia sido elaborado pela CONDER, em 1998, um Plano Diretor de Ocupação da Lagoa da Paixão, no sentido de preservar a Lagoa e que este Plano precisaria ser revisado e atualizado, tendo em vista as ocupações que ocorreram na área” ; “apresentou-se uma Listagem dos Impactos Ambientais e a seguir uma foto da invasão, retrato do caos social ”; “ a APA é de Uso

Sustentável e em área de Parque não se pode morar lá dentro”(ATA, 25 jan.2008, fl.1), (ATA, 25 jul.2008,fl.3-5), (ATA, 27 mar.2009, fl.3-6), (ATA, 25 Nov.2011, fl.2,4).

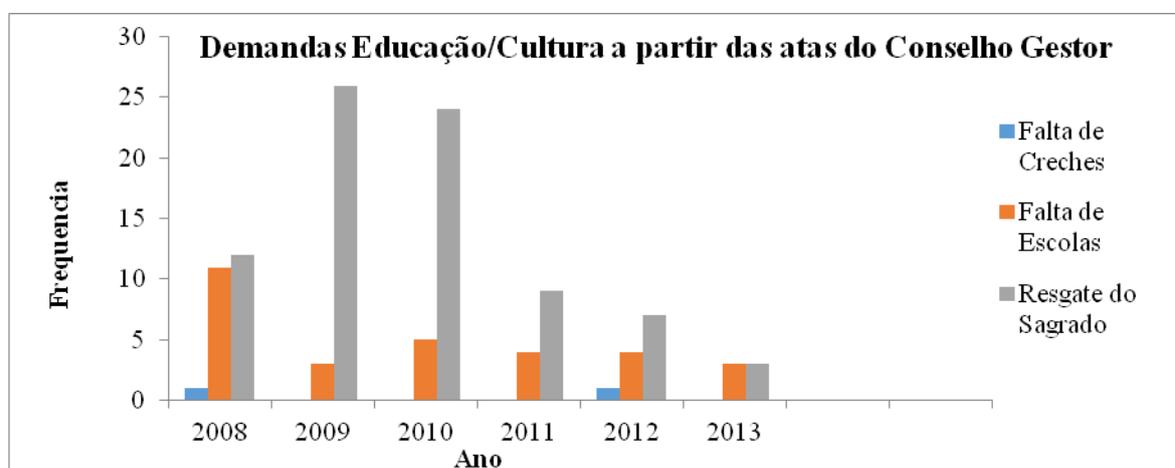
Quanto a essa questão, pode-se argumentar, conforme ainda a análise de Palma (2005) que, se o território se constitui do resultado do trabalho realizado em um espaço, portanto, quem realiza trabalho está se territorializando num determinado espaço. Pelo que se observa nos documentos das atas do conselho gestor da APA Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu, essa questão é bastante problemática naquela região, além de também já estar instalada há décadas.

Questiona-se a ação dos órgãos governamentais competentes, pois a situação vem se agravando, sem a devida fiscalização, orientação e assistência a essas famílias, que por diversas razões ocuparam essas áreas no entorno da APA. Nas atas de reuniões do conselho gestor, essa questão da fiscalização dos órgãos competentes é bastante destacada.

8) Educação/Cultura/Escassez de escolas nas comunidades. Isto se verifica nas discussões presentes nas atas (ATA, 11 abr.2008, fl.1,3), (ATA, 25 jan.2008, fl.5), (ATA, 16 Dez.2009, fl.1), (ATA, 13 abr.2012, fl.1,2), (ATA 03 mar. 2010 fl.1).

Verifica-se também nas pautas das reuniões do Conselho Gestor, a requalificação e o destino tradicional do Parque São Bartolomeu, ligada ao Candomblé, através da preservação das folhas sagradas, requalificação e resgate das praças utilizadas por seus componentes, funcionamento e dinamização do centro cultural, construído no bairro Pirajá (ATA, 11 abr.2008, fl.5), (ATA, 16 dez. 2009 fl.2), (ATA, 03 mar. 2010 fl.1), (ATA, 12 mar.2010, fl.3), (ATA 29 mai.2013, fl.1).

Gráfico 7 - Demandas de Educação/Cultura a partir das Atas do Conselho Gestor



É relevante destacar que todas essas questões socioambientais e políticas apresentadas neste estudo, existentes na Apa Bacia Rio do Cobre /São Bartolomeu, são questões históricas e refletem as questões globais que assolam muitas comunidades existentes no planeta.

As comunidades localizadas na área de abrangência do Parque São Bartolomeu e suas representatividades para se manterem atuantes e participativas frente a essas questões, devem ampliar sua visão crítica acerca do modelo de desenvolvimento do sistema capitalista, as desigualdades sociais, o comprometimento dos recursos naturais existentes no Parque, e a importância de sua preservação para as futuras gerações – segundo o ponto de vista deste autor.

As diversas entidades sociais existentes naquelas comunidades precisam ser fortalecidas, a exemplo do Fórum das Entidades do Subúrbio Ferroviário, Os Movimentos em defesa do Parque São Bartolomeu, as diversas instituições religiosas, não somente as de matriz africana, etc.

Observa-se, no estudo e análise das atas das reuniões do Conselho Gestor da Apa Bacia do Cobre/São Bartolomeu, que os representantes comunitários, reconhecem os canais de denúncia e as suas competências, o que deveriam fazer e não fazem, a exemplo do Ministério Público Estadual, que, conforme discussões registradas nas atas, tem se omitido diante de muitas questões, sobretudo, as de ordem ambiental, existentes naquele território (ATA, 11 abr. 2008, fl.1), (ATA, 30 mai. 2008, fl.3), (ATA, 09 Dez.2009, fl.4), (ATA,13abr.2012,fl.1), (ATA, 29 maio.2013fl.2). (ATA, 16 Dez.2009, fl.1), (ATA, 03mar. 2010 fl.1), (ATA, 06 ago. 2010, fl.2), (ATA 25 nov. 2011, fl.4), (ATA, 25 Nov.2011,fl.7), (ATA,13abr.2012,fl.1),

Os representantes comunitários verbalizam que se sentem discriminados quando afirmam que o Parque São Bartolomeu não é priorizado, sendo dado espaço a outros parques públicos, localizados em áreas mais nobres de Salvador, como os de Pituvaçu e Itaipara (Parque da Cidade) - (ATA, 30 ago. 2013, fls. 2,4).

O esvaziamento da presença de representantes governamentais nas reuniões do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre e a mudança constante desses representantes revelam a descontinuidade das ações, do acompanhamento e discussões dessas demandas (ATA 30 ago. 2013, fl. 1).

Há que se questionar como a participação popular das comunidades do entorno do Parque São Bartolomeu está acontecendo frente ao seu processo de requalificação e nas

demandas existentes nessas comunidades. Compreende-se aqui a importância de valorizar o Parque São Bartolomeu, suas singularidades culturais e seu histórico.

No que tange aos direcionamentos e ações realizadas no parque e nas comunidades de seu entorno, é importante considerar a atuação do Estado, apesar das críticas realizadas pelas entidades locais. O Estado é representado por suas secretarias, coordenações e os respectivos técnicos, que diariamente estão presentes nessas comunidades, realizando acompanhamento das ações realizadas, estabelecendo contatos diretos com a população local.

Como vimos demonstrando pelo que consta nas atas das reuniões do Conselho Gestor da Apa Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu, as comunidades do entorno do Parque São Bartolomeu convivem historicamente com uma série de questões de ordem socioambiental, que são discutidas e avaliadas pelo conselho gestor, onde há um número expressivo de entidades não governamentais locais em sua representatividade.

O Conselho Gestor, embora seja uma instância de poder e articulação considerável e respeitável dentro das comunidades locais no entorno do Parque São Bartolomeu, não vem obtendo respostas concretas pelo Estado em relação às demandas existentes nas comunidades e que são encaminhadas aos órgãos governamentais competentes, também integrantes do Conselho Gestor da Apa Bacia Rio do Cobre /São Bartolomeu.

Têm-se como exemplo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Salvador (SEDUR); CONDER; INEMA (Instituto do Meio Ambiente do Estado da Bahia); Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB). E a ausência de outros órgãos governamentais importantes nas reuniões ordinárias do conselho, como IBAMA, SECIS (Secretaria Municipal Cidade Sustentável,) entre outras, tem deixado os representantes comunitários em descrença frente aos poderes públicos.

Com a ampliação e interesse de aproximação entre o setor governamental e as ONGs existentes no entorno da APA Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu, acredita-se que as políticas socioambientais serão fortalecidas, alcançando melhores resultados nas ações propostas através dos projetos que poderão ser implementados no Parque de São Bartolomeu com o processo de requalificação deste.

Nesta perspectiva, mais incentivos devem ser proporcionados em termos de convênios, repasse de subvenções públicas, apoio técnico-administrativo, entre outros. Porém, se não houver vontade e compromisso político, este processo será inviável, com consequências irrelevantes para aquelas comunidades, segmentos mais vulnerabilizados socialmente.

Salienta-se que o Estado não deve se desresponsabilizar, transferindo suas competências para o terceiro setor, mas assumir e comprometer-se com as ações previstas nas políticas sociais, as quais surgem para dar respostas às necessidades sociais historicamente determinadas em contextos ainda contraditórios. Entende-se que o Estado tem que ser o principal responsável desta execução, pois detém o poder político, os recursos econômicos e administrativos necessários para investir nas questões socioambientais que são diversificadas naquele contexto territorial.

Capítulo IV

A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES DA APA BACIA DO COBRE FRENTE ÀS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS

A participação social pode ser entendida na medida em que um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade, decide e age com um objetivo comum em relação aos resultados obtidos. Como consequência, a participação é ao mesmo tempo um objetivo a ser alcançado no processo e um meio para realizar os demais objetivos.

No entendimento de Santos (2005), o ser humano é elemento fundamental das necessárias transformações sociais, não apenas como beneficiário das ações, mas, sobretudo, como agente promotor do desenvolvimento. Por conseguinte, as ações concebidas no sentido de reforçar a democracia impescinde de uma proposta ativa do ser humano diante da realidade.

Souza (1990) considera que é importante observar a diversidade de significações da participação, pois nem sempre está direcionada na perspectiva de valorização e interesses da população. Neste sentido é importante considerar que os cidadãos quando “incluídos” como meros consumidores de um sistema capitalista, comprometem a sua participação enquanto sujeitos críticos e atuantes frente a um processo de dominação, que se dá em nível social, cultural, econômico e político.

Teixeira (2001) tece importantes considerações acerca do processo participativo a partir de uma visão histórico-social, quando expõe que as ações coletivas dos mais diversos tipos, formas e objetivos vêm se expandindo, ainda que em diferentes graus de intensidade, em várias sociedades e contextos a nível mundial.

Paradoxalmente, assinala Teixeira (2001), crescem também o imobilismo, a indiferença pelas questões de ordem coletiva por parte de muitos segmentos sociais, quer seja pelas oportunidades e facilidades devido aos interesses imediatistas para uns, e para outros, a luta pela sobrevivência exaure suas forças e disposição para os embates de ordem coletiva.

Isto leva a refletir como o processo participativo ainda precisa avançar do ponto de vista das demandas coletivas, independente de classe ou segmento social, pois se percebe uma fragmentação entre o imobilismo e a acomodação por parte de uns e o enfraquecimento de outros segmentos, por não terem o provimento de suas necessidades básicas, sendo um grande contingente mundial nesta situação.

Considera-se relevante o pensamento de Teixeira (2001), quando em suas próprias palavras, oferece um entendimento da participação política e cidadã:

O conceito de participação política é impregnado de conteúdo ideológico e utilizado de várias maneiras, tanto legitimando a dominação mediante estratégias de manipulação como negando-lhe qualquer papel de institucionalidade, numa idealização da sociedade, em que esta ficaria “contra o Estado”. Considera-se participação política desde comparecer a reuniões de partidos, comícios, grupos de difusão de informações, até o inscrever-se em associações culturais, recreativas, religiosas ou, ainda, realizar protestos, marchas, ocupações de prédios. (TEIXEIRA, 2001, p. 25).

Para refletir com as afirmações de Souza (1990) e Teixeira (2001), anteriormente citados, destaca-se o pensamento de Passos (2002), segundo o qual a democracia está diretamente relacionada com o poder de decisão, ou seja, de receber informações e controlar a execução das decisões deferidas à sociedade.

O mercado atua de forma contraditória ao obedecer a uma lógica descendente – a lógica dos grupos beneficiados por seu funcionamento. Esses grupos são capazes de dominar o Estado, controlá-lo e modificá-lo segundo seus interesses; e os mercados, por sua vez, rejeitam as pretensões de igualdade e inclusões próprias da ordem democrática.

Para Passos (2002), a democracia deve ser constituída para a integração de todos, concedendo aos indivíduos o status de cidadãos, enquanto o mercado opera sob a lógica da competição e da sobrevivência dos mais aptos. O autor faz uma reflexão importante acerca do Estado e sua associação com o capitalismo, quando avalia que:

A participação no consumo, diferente da participação na vida democrática, longe de ser um direito, na verdade é um privilégio que se adquire da mesma maneira que se adquire qualquer outro bem no mercado. A lógica da democracia é a de um jogo de soma positiva, enquanto que a do mercado é a de um jogo de soma zero: o lucro do capitalista é a insuficiência do salário (PASSOS, 2002, p. 10).

Portanto, deduz-se que no mercado do capital uns ganham em detrimento de outros. Na condição de “perdedores” estão os trabalhadores assalariados, que vendem sua força de trabalho ao capital por um salário que lhes impõem limites quanto ao processo de ascensão social e econômica. Por conseguinte, os cidadãos são divididos em duas classes distintas numa distorção incompatível com a democracia, ou seja, a dos que vendem a força de trabalho e a classe daqueles que a compram.

Nesse contexto, de acordo com Santos (2003), um mercado global é apresentado como capaz de igualizar o planeta, mas que na verdade aumenta as diferenças. O Estado, então, atende aos interesses econômicos e internacionais, em detrimento de uma assistência às populações mais vulneráveis socialmente.

Na modernidade e pós-modernidade, não obstante ao avanço da ciência e crescente comunicação de informações úteis, o que se observa é o desemprego, o aumento da pobreza, a perda de qualidade de vida pelas classes médias, defasagem salarial, surgimento de enfermidades como AIDS, o ressurgimento de outras doenças consideradas erradicadas, além da mortalidade infantil.

Santos (2001) observa que ser cidadão num mundo globalizado torna-se uma tarefa muito difícil, pois os valores de referência presentes na mídia estimulam os indivíduos a um comportamento anti-cidadão, conseqüentemente perdem o senso de alteridade e cooperação mútua.

Aqui há que se questionar se realmente existirá participação sem cooperação mútua? Nesta lógica do mundo capitalista globalizado, há uma tendência a não estimular esta participação cooperativa, fragmentando e dispersando os indivíduos, estimulando o individualismo e a competição.

Ainda conforme o pensamento de Santos (2001), ser cidadão em uma sociedade desigual se constitui numa perspectiva de cidadania integral da realidade local e suas singularidades, tais como a revalorização dos lugares e uma adequação de seus direcionamentos e normas políticas. Compreende-se aqui a importância de valorizar os lugares e suas singularidades culturais, sociais, espaciais, sem perder de vista a sua história e seus potenciais, implícitos no pensamento do autor supracitado.

No que tange aos direcionamentos e normas políticas, é preciso estar atento às influências de determinados grupos políticos hegemônicos, que se utilizam de certos mecanismos para manipulação e exploração dos segmentos mais vulneráveis a fim de se perpetuarem no poder, para tanto várias estratégias são intencionalmente adotadas, a exemplo do clientelismo e o populismo, onde prevalecem os interesses econômicos desses determinados grupos.

No entendimento de Silva (2011), dentro de uma perspectiva para uma sociedade democrática, o controle sobre os atos de quem está no exercício do poder por delegação do povo é de suma importância e consequência do princípio democrático. Destaca o controle

social a partir da evolução das relações entre Estado e sociedade. O controle social é uma forma de controle empregada para definir a atuação da sociedade civil, organizada ou não, no controle sobre as atividades do Estado por intermédio das diversas vias de participação.

Considera-se relevante destacar a partir do exposto acima, as relações que se estabelecem entre os órgãos estatais envolvidos no processo de requalificação do Parque São Bartolomeu e as entidades da sociedade civil local, e que têm representatividade no Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu. A importância dessas entidades não governamentais nesse processo do controle social quando participam, acompanham e opinam, propõe alternativas de encaminhamentos para as questões socioambientais existentes.

Sobretudo no que tange ao processo de compartilhamento de responsabilidades entre Estado e Sociedade civil. Entende-se que se trata de onde se considere os saberes dessas representações comunitárias, bem como estas considerem os saberes técnicos dos representantes governamentais. E isto é fundamental para que se consolide um processo participativo democrático.

Em conformidade ainda com os estudos de Silva (2011), destacam-se algumas importantes instâncias de participação e controle social sobre as políticas públicas, quais sejam: participação em conselhos deliberativos de políticas públicas; formação de conselhos populares ou comunitários; constituição de associações ou organizações não governamentais com perfil de estimular a elaboração de políticas públicas na sua área de atuação; criação de ouvidorias.

Essas instâncias participativas só tendem a fortalecer o processo democrático nas comunidades, destacando-se aqui as diversas comunidades e entidades existentes no território onde se localiza o Parque de São Bartolomeu, muitas delas com anos de atuação no Movimento em prol do parque , produzindo assim um espaço territorializado.

No presente estudo é de suma importância compreender as concepções de território e sua correspondência com o processo de participação popular no desenvolvimento local. Para tanto, alguns referenciais teóricos servem de base para a sistematização de conceitos que auxiliarão no entendimento e, certamente, possibilitarão compreender a dimensão do território que envolve a APA Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu.

Albagli (2004) em seus estudos e pesquisas, destaca que nas sociedades indígenas, por exemplo, o mais importante é o sentimento de identidade com a Terra-Mãe, sentimento esse baseado no conhecimento, no patrimônio cultural e nas relações sociais e religiosas que esses povos mantêm com aquela parcela geográfica. Albagli (2004), considerando a gênese, a

dinâmica e a diferenciação dos territórios, que se vinculam a uma variedade de dimensões, classifica estas em:

1) **Dimensão física** – com as características geocológicas e os recursos naturais (clima, solo, relevo, vegetação), bem como aquelas oriundas dos usos e práticas dos atores sociais;

2) **Dimensão econômica** – formas de organização espacial dos processos sociais de produção (o que, como e quem nele produz), de consumo e de comercialização;

3) **Dimensão simbólica** – conjunto específico de relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares específicos, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, um elemento constitutivo de sua identidade;

4) **Dimensão sociopolítica** – meio para interações sociais e relações de dominação e poder (quem e como o domina ou influencia). As diferenças e desigualdades territoriais residem tanto em suas próprias características físicas e sociais, como na forma em que se inserem em estruturas mais amplas. Cada território é, portanto, moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade.

Conforme as afirmações e estudos de Albagli (2004), a territorialidade inclui a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio dos humanos. Enfatiza que a noção de territorialidade foi assimilada pelas ciências humanas e sociais, como a antropologia, a psicologia, a sociologia e a própria geografia, a partir da compreensão de que os comportamentos humanos devem ser analisados também em sua dimensão espacial.

O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico.

Muito relevante a reflexão de Albagli (2004) quando se refere aos vínculos de pertencimento a uma comunidade, e, que, por sua vez, amplia o entendimento sobre a questão da territorialidade. Em suas próprias afirmações, observa-se:

A eventualidade do nascimento, ou da residência, ou laços simplesmente jurídicos não são suficientes para definir o pertencimento a uma comunidade; esta supõe adesão voluntária ou consciência desse

pertencimento. A territorialidade, como atributo humano, é primariamente condicionada por normas sociais e valores culturais, que variam de sociedade para sociedade, de um período para outro. Ela resulta de processos de socialização, da psicologia coletiva, da interação entre seres humanos mediada pelo espaço. Entendida à semelhança de substantivos análogos, como brasilidade, sexualidade e outros, a territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial; e ainda ao sentimento de “pertencer àquilo que nos pertence”. (ALBAGLI, 2004, p.30).

A partir do exposto acima, compreende-se que a Territorialidade, pressupõe, portanto, aquilo que é vivido em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social. Os seres humanos vivenciam um processo de relações intersetoriais, que são existenciais e produtivistas, relações estas, estabelecidas entre si e com a natureza.

A territorialidade é, assim, também compreendida como elemento de coesão social, incentivando-se a sociabilidade e a solidariedade, mas, também, como um espaço de contradições, exclusões, conflitos, etc. Assim é que, na atualidade, se observa nas sociedades a existência de grandes contradições sociais, entre os que têm mais e os que têm menos, os que “são” desenvolvidos, avançados e os ditos “atrasados” ou em desenvolvimento.

Considerando-se a amplitude do assunto, e que sua compreensão deve ser mais explicitada, é relevante a fundamentação em outros autores, estudiosos do tema em discussão, aos quais neste estudo são referendados. Para De Paula (2004), todo território deve ser compreendido como uma construção subjetiva; um desenho territorial é uma construção subjetiva, ou seja, depende da ação de um “sujeito” que institui o território.

Essa construção subjetiva, afirma De Paula (2004), pode ser exógena (a partir de agentes externos) ou endógena (a partir dos agentes locais). Partindo-se da afirmação do autor supracitado, no que tange ao aspecto endógeno, a população local nem sempre se reconhece como integrada em um mesmo território, visto que não participou do processo de instituição territorial.

Na visão de De Paula (2004), um território é instituído por ação endógena quando seus elementos de identidade são escolhidos por agentes locais, ou seja, do próprio território, numa relação autônoma (quando as normas vêm de dentro) e, na maioria dos casos, democrática. Cita como exemplo, as divisões territoriais construídas “de baixo para cima”, de forma participativa. Nesses casos, pode-se falar em um processo de autoinstituição territorial, em que é a população local, o sujeito ativo, que desenha o território a partir do reconhecimento de suas identidades.

Conclui De Paula (2004) em seus relevantes estudos, que a chave para a construção de um desenho territorial que se concretize, efetivamente, em uma unidade de desenvolvimento territorial, é o protagonismo local. Dentro do território e na abrangência da territorialidade, é importante destacar o papel que exerce a comunicação social entre os atores envolvidos nessas instâncias.

O processo da comunicação social, que é um processo político, requer que haja uma flexibilidade e transparência entre os indivíduos atuantes em qualquer espaço, seja a comunidade, o ambiente de trabalho, etc. Como neste estudo está se tratando de territórios de abrangência, é preciso compreender a comunicação nesse nível.

Para Caroli (2004), o sucesso da política de comunicação no território requer que a conexão entre os atores envolvidos seja facilitada. Caso seja difícil realizar essa conexão, é preciso estabelecer um direcionamento à totalidade da área a fim de se desenvolver a percepção dos diferentes posicionamentos ou reposicionamentos.

Ainda de acordo com o pensamento de Caroli (2004), em geral, a comunicação implementada no espaço territorial deve ser direcionada à totalidade da área, para desenvolver a percepção de seu posicionamento (ou de seu reposicionamento). Ao contrário, a comunicação realizada pelos responsáveis pelos elementos específicos do território é prioritariamente dirigida à promoção de tais elementos, no contexto da imagem criada pelo território na sua complexidade.

Do mesmo modo, a imagem do lugar também tende a ser percebida de modo diferenciado nas várias categorias de demanda. A consideração que um sujeito faz de uma área geográfica pode mudar em função do uso que considera. Nesse sentido, o ambiente da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu carrega imagens e demandas concretas que se consideradas sob a regulação das Unidades de Conservação devem estar contempladas nas políticas ambientais.

Considera-se que as políticas para o meio ambiente vêm avançando no Brasil com uma legislação consistente, e que, apesar dos sérios conflitos e problemas existentes em todas as áreas, faz-se necessário que as ações no que tange à educação ambiental sejam mais disseminadas. As políticas ambientais envolvem principalmente as instâncias governamentais que, de fato, não podem delegar suas atribuições às instituições não governamentais, que necessitam do apoio irrestrito do Estado em suas diferentes esferas de poder.

De acordo com os estudos da série (MMA,2015) construir uma cultura dialógica é fator determinante para gerar confiança mútua entre os interlocutores e para a efetividade da gestão pública. Neste sentido, enfatizam a importância da participação social na criação, implementação e gestão de unidades de conservação, que só é possível com iniciativas de educação ambiental e de comunicação que incentivem a apropriação dos meios de comunicação e produção de informações pelas comunidades e instituições envolvidas.

Nessa perspectiva, compreende-se que a comunicação e a educação ambiental possuem forte relação e interdependência, exigindo da Unidade de Conservação a capacidade de criar e articular ações em ambas as áreas, de forma que uma complete e dê suporte à outra.

Também são citados e comentados na série (MMA,2015), documentos de extrema relevância como Agenda 21, Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis com Responsabilidade Global, Carta da Terra e a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

É enfatizado que embora se reconheça a relevância desses documentos, estes ainda são incipientes quando se trata da definição de comunicação, com ênfase em seu papel de sensibilização e conscientização pública, bem como na conquista dos meios de comunicação de massa para as causas ambientais.

A partir do exposto acima, verifica-se a necessidade de reconhecer os inúmeros fatores, sujeitos e instituições que intervêm no contexto territorial e de implementar metodologias para a gestão dos conflitos existentes, buscando-se estabelecer as bases para o diálogo e a construção dos acordos e consensos que sejam possíveis.

Compreende-se, portanto, a importância da educação ambiental como concepção ideológica transformadora e que permita desvendar as causas estruturais da crise ambiental e auxiliar na sua superação por meio da ação coletiva e organizada a partir de situações concretas vivenciadas pelas pessoas e pelos grupos em seu território.

Os conflitos e questões socioambientais vivenciados no Parque São Bartolomeu remetem a considerar a relevância dessa concepção crítica de educação ambiental para melhor compreendê-los naquele contexto territorial. Daí a necessidade de considerar como referência um processo educativo, onde prevaleça o diálogo democrático, problematizador e comprometido com as transformações estruturais da sociedade.

No que tange ao processo de gestão social do território da APA Rio do Cobre/São Bartolomeu, compreende-se a sua importância para as comunidades, e que estas necessitam entender verdadeiramente este processo, e serem, de fato, partícipes do mesmo.

Conforme os estudos propostos na série (MMA,2015), a gestão participativa fundamenta-se no pressuposto de que é necessário que a sociedade civil deva se sentir como parte da gestão da UC, percebendo-a como território construído, síntese de interesses muitas vezes em disputa pelo uso e apropriação de recursos ambientais.

Trata-se, portanto, de buscar uma parceria efetiva e constante, de forma a garantir a proteção da biodiversidade juntamente com a qualidade de vida das comunidades, em processos democráticos de gestão, e no centro desse esforço, estão temas como cidadania, controle social e participação.

Palma (2005) avaliando a dinâmica das relações que ocorrem na Bacia do Cobre /São Bartolomeu, considera que são diversos os atores envolvidos naquele território (adeptos do candomblé, moradores dos bairros do entorno da reserva, empresas instaladas nas margens da reserva, Prefeitura Municipal do Salvador e Governo do Estado da Bahia).

Para Palma (2005), entretanto, a produção do espaço, conseqüentemente a sua territorialização, vai depender de como esse território é apropriado e controlado e quais os agentes participam desse processo. Inicialmente constata-se que os negros adeptos do candomblé são os primeiros a utilizarem o espaço da reserva do Cobre como seu território preferencial para a realização de ritos e cerimônias; depois o Estado, através da construção da barragem do Cobre e da instalação do sistema de abastecimento.

Posteriormente, os próprios moradores dos bairros do entorno, bem como as empresas que se instalaram ao redor da reserva, passam a consumir esse espaço geográfico, seja contaminando os recursos hídricos, seja retirando a vegetação nativa, seja reverenciando a natureza religiosamente, seja produzindo a própria sobrevivência.

A partir do exposto, fica patente a forma diferenciada de apropriação do território por parte dos diferentes atores que lá permanecem, e que utilizam a unidade de conservação como objeto, ou seja, a forma pela qual o território é apropriado diferenciadamente no território da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu.

Desse modo, assevera Palma (2005), o barramento do Rio do Cobre também foi um processo de territorialização àquele lugar, questionando-se a retirada abrupta dos moradores de suas áreas para viabilizar o objetivo de uma empresa estatal de água e saneamento. No

dizer de Palma (2005) poder-se-ia, então, utilizar o termo (des) territorialização para essas pessoas, uma vez que realizaram trabalho, imprimiram seu modo de vida naquele espaço, e pior, foram vitimadas por um processo exterior à sua vivência e relações. A presença ativa de desterritorialização pelo Estado se modifica através de fiscalização ambiental tanto a nível estadual, quanto municipal, em estado de omissão diante das sérias questões lá existentes. Esta omissão é apontada em algumas reuniões do Conselho Gestor da APA Bacia Rio do Cobre:

Ausência de fiscalização por parte dos órgãos reguladores (ATA, 25 jan.2008, fl.1), (ATA, 11 abr.2008, fl.4), (ATA, 03mar. 2010 fl.2), (ATA, 13 mai.2011, fl.8), (ATA 01 de jun.2012, fl.2). **Omissão do Ministério Público Estadual**, (ATA, 25 jan.2008, fl.1), (ATA, 27mar. 2009 fl.1), (ATA, 09 Dez.2009, fl.2), (ATA 01 nov.2012, fl.1), (ATA, 11 abr. 2008, fl.1), (ATA, 30 mai. 2008, fl.3), (ATA, 09 Dez.2009, fl.4), (ATA,13abr.2012,fl.1), (ATA, 29 maio.2013fl.2).

Pelo que se observa a partir da repetição de 2008 a 2013, das demandas acima apresentadas ao Conselho, os órgãos públicos não vêm atendendo efetivamente às mesmas; verifica-se no parque ocupações desordenadas, poluição, devastamento, que requer desses órgãos maior atuação no que tange à fiscalização.

Remetendo-se ainda às afirmações de Palma (2005) na APA Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu,

[...] existem diversos atores que influenciam na apropriação desse espaço e, portanto, nas relações de poder que aí se verificam. Ora é o Estado que possui interesse, ora é a Prefeitura, ora a comunidade, enfim, cada ator tentando, de um jeito ou de outro, se “territorializar”. Cada ator tem o seu interesse para com este espaço e, por mais que cada um exerça seus argumentos, justificando suas ações, é interessante que exista um momento, ou um espaço de intermediação dos interesses individuais e coletivos. Conservação para a reserva do Cobre, porém é importante registrar que nenhuma entidade, conselho de representação comunitária, foi convidada a participar da constituição, delimitação e construção da proposta de gestão desse espaço “decretado” apenas para o uso da força contra aqueles que menos tem poder na área. (PALMA, 2005, p. 08).

Seguindo as conclusões de Palma (2005), tem-se um espaço cuja demarcação territorial não considerou a presença da população que o utiliza. Entretanto, a gestão participativa com a participação das comunidades locais existentes é prevista e regulamentada. O ideal seria que todos aqueles que estão inseridos na reserva pudessem, de certa forma, ter voz nas decisões tomadas nas esferas do poder.

Embora se considere que essa não seja uma tarefa fácil, ainda assim as comunidades locais devem exercer o poder de decisão neste território, pois se trata da gestão de um território que é reconhecido pela sua importância estratégica e histórica, em termos de recursos naturais e culturais.

Neste estudo é relevante citar outras informações específicas sobre a APA Rio do Cobre e o Parque São Bartolomeu. De acordo com estudos que constam no Plano de Manejo do PSB (2012) em relação à categorização do PSB no SAVAM (*Subsistema de Áreas de Valor Urbano-Ambiental*), observa-se que o Parque está inserido tanto no “Subsistema de Unidades de Conservação” dada a sua inserção na Área de Proteção Ambiental - APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, criada pelo Decreto Estadual nº 7.970 de 5/06/2001, quanto no “Subsistema de Áreas de Valor Urbano-Ambiental”, enquadrado na categoria “Áreas de Proteção de Recursos Naturais – APRN”.

Conforme ainda o Plano de Manejo do PSB (2012) o território da Bacia do Cobre está inserido em uma das áreas com maior densidade populacional do município de Salvador, o Subúrbio Ferroviário, onde a ocupação e uso da terra são intensos e extremamente desordenados.

O diagnóstico que consta no Plano de Manejo constata que a área se constitui de um ambiente complexo e naturalmente frágil, cujo modelo apresenta feições abruptas e cursos d’água encachoeirados, interconectados por uma planície flúvio-marinha que outrora abrigava representantes da fauna e flora dos manguezais.

Retomando-se os conceitos sobre território, Santos (1997), considera que o mesmo não se resume em um conjunto de aspectos naturais, entendendo-o como um complexo de sistemas naturais e artificiais, com pessoas, instituições, empresas e todos seus níveis de poder. Deve ser compreendido em suas divisões jurídico-políticas com suas heranças históricas e conteúdos econômico, financeiro, fiscal e normativo.

Neste sentido, Santos (1997) conclui que a noção de território abrange lugares, vida social, de forma interdependente, com conexões entre os níveis local e global; o território de uma forma mais ampla não se limita à noção de espaço físico e geográfico, mas a um todo e sua complexidade, e requer que se perceba a dinâmica e seus aspectos políticos e sociais, associados aos aspectos jurídicos.

Depreende-se, portanto, que todo território tem suas particularidades e sua história, mas estão sujeitos às influências externas. Para Santos (1997), quando a globalização surge de

forma indiscriminada a todas as sociedades e territórios, estes acabam assumindo novas formas de uso, onde se impõem mudanças nos seus conteúdos quantitativos e qualitativos, conseqüentemente alterando todas as relações estabelecidas num país, mesmo que o território seja único em suas especificidades.

Conclui Santos (1997), que o território pode comprometer a união se o progresso material estiver subordinado aos interesses de grupos hegemônicos, descompromissados com os interesses nacionais e o território não se restringe à sua dimensão material ou concreta, mas, sobretudo, é “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” que se realizam no espaço.

Compreende-se, com fundamento no pensamento desses autores supracitados, que o território assume diferentes aspectos em cada formação socioespacial. As diferenças e desigualdades territoriais podem ser explicadas sob suas próprias características físicas e sociais, como na forma em que se inserem em estruturas mais amplas.

Cada território é constituído a partir da combinação de condições e forças endógenas e exógenas, compreendendo-o como parte de um todo espacial e seus aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, que precisam ser considerados. Dentro desta perspectiva, essas duas forças têm reciprocidades e convergências significativas determinantes, para se compreender o território como um campo de “forças” com suas contradições e confrontos que acontecem entre os seus protagonistas envolvidos.

A ênfase dada ao poder ilimitado da escala local é presente na questão do desenvolvimento urbano e regional no Brasil e no mundo, muitas vezes de forma extremista acerca da escala local. Contudo, no que tange à participação no processo de desenvolvimento, entende-se a partir do pensamento de De Paula (2004), que o desenvolvimento é um processo resultante das relações humanas e, portanto, são as pessoas que fazem o desenvolvimento.

“O desenvolvimento depende do sonho, do desejo, da vontade, da adesão, das decisões e das escolhas das pessoas” (DE PAULA, 2004, p.75) ; a concretização do processo de desenvolvimento, se exógeno, precisa se dar de modo endógeno, ou seja, para realizá-lo é imprescindível a adesão e participação das pessoas. Elas precisarão se apropriar desse projeto como uma construção delas, “de dentro para fora”.

É relevante uma reflexão quanto ao fato de que, comumente, o processo do desenvolvimento ocorre de modo inverso, em que a população não é protagonista do mesmo,

se submetendo a modelos ditados de “cima para baixo”. Isso tem efeitos nocivos, pois a mesma nem sempre se reconhece como sujeito protagonista e com autonomia.

O desenvolvimento depende da consolidação e do aprofundamento da democracia, que não se encerra na escolha eleitoral dos governantes. Neste sentido é preciso considerar as questões relevantes sobre as quais se decide os momentos em que se decide, quando se decide e as instâncias de poder (onde se decide).

De Paula (2004), enfatiza que a temática do desenvolvimento local, aparece como uma procura pela afirmação de uma identidade social, de elementos específicos, de uma reputação própria com características singulares do local dentro do universo da globalização. Trata-se, portanto, de um esforço que surge da descoberta, do reconhecimento e valorização dos atores locais, das suas potencialidades, vocações, oportunidades e potenciais comparativos e competitivos existentes em cada território.

E é esse “outro olhar” afirma De Paula (2004) que se amplia do empreendedor para o ambiente, da empresa para o território, do global para o local, que vai explicar a emergência do território como unidade de desenvolvimento entendido no seu sentido político-socioeconômico-cultural, como um fenômeno social. Reforça esse entendimento quando assevera:

Podemos afirmar que todo desenvolvimento é local, porque ocorre em algum território. O conceito de “local” não se confunde com o conceito de “município”, como querem alguns. No debate sobre a temática do desenvolvimento, o conceito de “local” surge em relação ao conceito de “global”, seja numa relação de oposição, seja numa relação de integração, soberana ou subordinada, do local no global. Assim, o “local” pode ser definido como qualquer porção territorial que se distingue a partir de determinados elementos de identidade. Tais elementos podem ser, por exemplo, físico-geográficos (uma bacia, um vale, uma chapada, uma cordilheira, o entorno de um lago, etc.), étnico-culturais (uma área habitada por imigrantes, por populações indígenas, por remanescentes de quilombos, por nações sem autonomia política, etc.), socioeconômicos (uma área definida pela existência de uma cadeia produtiva), políticos (blocos de países, regiões, províncias, etc.). Enfim, tais elementos de identidade são elegíveis, dependem do critério de escolha do “sujeito que desenha o território”. (DE PAULA, 2004, p. 78).

Compreende-se, portanto, a partir do pensamento exposto pelo autor supracitado, que o desenvolvimento é um processo que resulta das relações entre as pessoas. São as pessoas que impulsionam o desenvolvimento, sendo os principais “protagonistas locais”. Pode-se até estimular um processo de desenvolvimento exógeno, mas só é possível concretizá-lo, de fato, com a participação dinâmica e ativa (endógena), da população local.

Ultramari e Duarte (2009) enfatizam que as iniciativas de desenvolvimento local sem a participação da sociedade civil com o apoio do Estado, não teriam êxito, no qual as instâncias locais são capazes de verdadeiramente conduzir seus destinos e que são capazes de decidir, reconhecer suas demandas e apontar alternativas de solução.

No entender de Ultramari e Duarte (2009), as redes locais devem buscar conectar os atores mais importantes para o planejamento e a gestão do desenvolvimento territorial: empresários, líderes comunitários, líderes das organizações da sociedade civil; representantes políticos em todos os níveis, representantes de instituições públicas e privadas que interferem nas políticas de desenvolvimento (agências de fomento, bancos, órgãos públicos, etc.).

Como os territórios não são iguais compreende-se que para cada território é necessário um modelo próprio de desenvolvimento, sendo imprescindível considerar as redes de atores locais; as dotações naturais (recursos naturais renováveis ou não renováveis); a infraestrutura existente; o capital humano (conhecimentos, habilidades e competências das pessoas); o capital social (os níveis de confiança, cooperação, organização e participação social); a cultura empreendedora (níveis de autoestima, autoconfiança, capacidade de iniciativa); a poupança local; a capacidade de atrair investimentos; as potencialidades, vocações e oportunidades, entre outros.

É relevante considerar conforme os estudos de Arantes (2004), elementos pertinentes à sustentabilidade, por ele destacados, tais como: protagonismos dos empreendimentos em termos gerenciais; execução e políticos (tomada de decisões); acesso efetivo dos participantes aos direitos de cidadania; sinergia (articulação dos arranjos produtivos com outros empreendimentos e programas sociais em curso no território).

No que tange ao desenvolvimento local sustentável, Arantes (2004) faz uma importante consideração acerca do território enquanto elemento de transformação sociopolítico-econômica. Para Arantes (2004) na representação do *local*, *aonde* as novas formas de solidariedade, parceria e cooperação entre os diferentes atores econômicos, políticos e sociais, vão se constituir em espaços para o estabelecimento e formação das redes sociais em uma dinâmica entre a modernidade e o tradicional (o histórico-cultural das comunidades deve ser considerado).

Frente ao exposto, é importante enfatizar a compreensão que se deve ter quanto ao potencial das comunidades, suas dimensões territoriais e seus diversos aspectos físicos, culturais, políticos, econômicos, sociais, sobretudo os potenciais humanos existentes, e a relevância disso para o processo de desenvolvimento como um todo, em suas escalas local e global.

As potencialidades existentes em qualquer território representam um dinamismo socioeconômico e local para contribuir ao desenvolvimento sustentável. Esse conhecimento amplia, certamente, a dimensão do território. Trata-se de resgatar e valorizar a cultura, os significados, as especificidades.

Também identificar os níveis de intervenção dos poderes públicos e organizações locais, verificar quais os parâmetros de qualidade e de sustentabilidade em todos os níveis, que promovam a sociabilidade, mobilizando, assim, os atores e segmentos sociais que impulsionem um dinamismo local, sem desconsiderar a autenticidade e as tradições.

Os referenciais teóricos citados neste estudo permitem compreender e reconhecer a valorização do território, que não se restringe a aspectos meramente físico-espaciais, mas com ênfase nos aspectos de ordem social, cultural, humano, político e ambiental, ampliando-se, assim, esta compreensão teórica, que problematiza a realidade desses espaços comunitários existentes e que necessitam ser verdadeiramente compreendidos.

Importantes considerações estão sendo feitas no sentido de ampliar o entendimento do processo de participação popular, sua extrema relevância como mecanismo de decisão, autonomia, protagonismo e aprofundamento do processo democrático, enfatizados por alguns autores mencionados. Os estudos realizados até o momento acerca do processo de desenvolvimento, permitem compreender a sua abrangência e complexidade a partir de determinados contextos complexos e dinâmicos.

A participação popular é bastante significativa para o desenvolvimento, inclusive impulsionadora do mesmo. A comunidade, seja qual for, precisa ser o agente principal e não ser manipulada pelos interesses de certos grupos políticos, que nem sempre atendem e correspondem aos seus reais interesses.

É relevante ressaltar o aspecto local para o desenvolvimento, mas sem perder de vista as conexões e interdependências com o nível global. Compreende-se, também, que não existirá participação sem o senso de coletividade e democracia, que não podem ser ofuscadas pelos interesses corporativistas e individualistas, que se constituem em sérios obstáculos a uma verdadeira participação democrática.

A participação pode contribuir para o fortalecimento das redes associativas presentes nas comunidades do entorno do Parque São Bartolomeu, representadas pelas associações, conselhos, escolas, organizações religiosas, projetos sociais, de forma a possibilitar o desenvolvimento local mediante a construção coletiva de alternativas de soluções para as

questões existentes. São questões para reflexão e estímulo à mobilização no sentido de que o Estado proponha ações que ampliem o trabalho já existente. O trabalho desenvolvido por muitas ONGs ambientalistas deve ser valorizado.

A importância do apoio governamental a essas iniciativas deve ser enfatizada, na medida em que as entidades comunitárias existentes no território da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu devem ser parceiras do Estado e não concorrentes, pois desta forma as ações conjuntas geram resultados mais amplos. O Programa Memorial Pirajá (2007) previa o levantamento de projetos propostos pelas entidades não governamentais em parceria com o Estado na área de abrangência do Parque São Bartolomeu.

Os órgãos estatais diretamente envolvidos no programa à época de sua apresentação (2007) às comunidades daquele território, eram a SEDUR(Secretaria de Desenvolvimento Urbano), CONDER(Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador) e CRA (Centro de Recursos Ambientais), hoje INEMA/SEMA. O programa Memorial Pirajá (2007) tem origem no movimento social pela preservação desse território que se denomina Parque São Bartolomeu.

É relevante considerar as principais ações e projetos que são propostos nesse programa, e relacionados ao processo de Revitalização do Parque, em que houve a participação das comunidades do PSB em sua concepção, cujo plano de ação e de gestão, prevê medidas a serem implantadas na área de requalificação do Parque, as quais destacam-se: ampliação da interação da comunidade com o parque, através da criação de núcleos culturais do Memorial Pirajá, contemplando a implantação de horto etnobotânico.

Recuperação e tratamento paisagístico e cultural das áreas de maior visitação e principal porta de entrada do parque – a Praça de Oxum(adequação do espaço para usos compatíveis com as atividades culturais e religiosas); ações emergenciais para proteção e recuperação e proteção das nascentes, sistema de controle e fiscalização.

Obras físicas de recuperação/adaptação de espaços;trabalho, renda, empreendedorismo e formação/qualificação de mão de obra; assistência social à juventude, família e idoso; pró-moradia, tendo como eixo a participação social, ampliar a rede social, com ênfase na questão do desenvolvimento humano; educação para as relações étnico-raciais; educação ambiental; manejo e conservação; segurança; esgotamento sanitário; abastecimento de água; mobilização e capacitação da população local para a gestão socioambiental .

Conforme verbalização de diversos conselheiros representantes comunitários que participam do Conselho Gestor da Apa Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu, e que constam em suas atas de reuniões, muitas ações propostas no Programa Memorial Pirajá não vêm sendo executadas pelo Estado, indo de encontro ao que está contido no programa.

Verbalizam ainda, que os projetos vêm de cima para baixo, sem consulta ao Conselho, que estão ali apenas para legitimar os projetos sem a participação efetiva, que as suas opiniões, encaminhamentos e discussões realizadas no Conselho não são consideradas pelos órgãos governamentais estatais bem como a maioria das demandas que ficam sem respostas.

As falas desses conselheiros nas reuniões do Conselho Gestor da Apa Rio do Cobre apresentam esse conteúdo e constam nas atas aqui apresentadas: “Não somos massa de manobra”; “Os projetos vem por cima e o conselho não é contemplado” . (ATA, 11 abr. 2008, fl.1), (ATA, 09 Dez.2009. fl.1), (ATA, 25 Nov.2011. fl.1), (ATA 01 jun.2012, fl.1). (ATA,13 abr.2012,fl.1), (ATA, 29 maio.2013 fl.2), (ATA, jun.2014,fl.1,2); (ATA,01 agost.2014,fl.2). “Fomos enganados” (ATA 01 jun.2012, fl.1);

“Falta de respeito e sensibilidade do governo e descaso nos acordos firmados” (ATA 21 Dez.2012, fl.1). ATA, 29 maio.2013 fl.2), (ATA, 30 agost.2013 fl.2); “Nos sentimos inúteis e sem autonomia”(ATA, 26 jul.2013 fl.2);“Se discute as demandas, mas as ações não seguem as opiniões do conselho” (ATA,01 agost.2014,fl.1).”“Excesso de burocracia por parte do Estado” (ATA, 03mar. 2010 fl.1), (ATA, 12 mar.2010, fl.3), (ATA 29 mai.2013, fl.1). “o conselho deveria ser deliberativo”.

“O governo que nós elegemos quer passar por cima da lei que rege as áreas Protegidas”; “ tínhamos nele a esperança de que fosse realmente social e democrático com a participação popular, mas agora vemos que ele é tão igual e tão arrogante e não difere de outros governos” (ATA, 11 abr. 2008, fl.2); (ATA, 09 Dez.2009. fl.3); (ATA, 25 Nov.2011. fl.1); (ATA 01 jun.2012, fl.1). (ATA,13 abr.2012,fl.3); (ATA, 29 maio.2013 fl.2); (ATA, jun.2014,fl.1,3); (ATA,01 agost.2014,fl.2). “Este conselho só funciona quase que exclusivamente pela participação da Sociedade Civil que aparece em peso”. (ATA, 09 Dez.2009. fl.1).

Gráfico 8 - Participação das Entidades comunitárias no processo de Requalificação do Parque São Bartolomeu a partir das atas do Conselho Gestor (1)

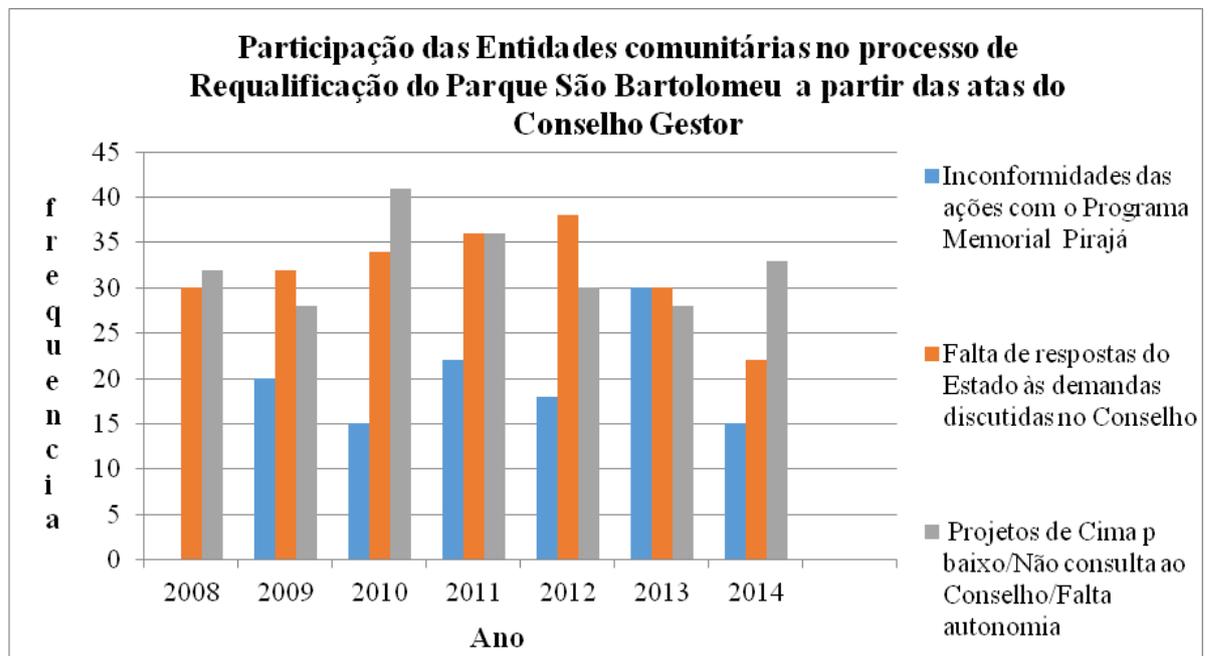
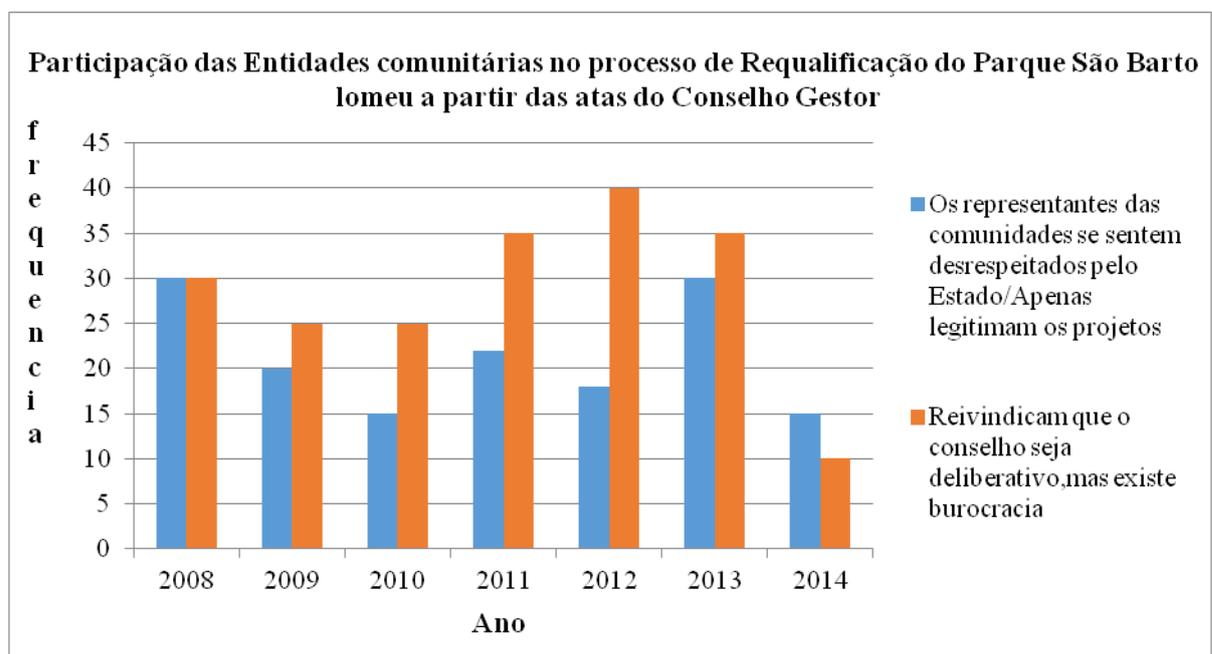


Gráfico 9 - Participação das Entidades comunitárias no processo de Requalificação do Parque São Bartolomeu a partir das atas do Conselho Gestor (2)



A partir do exposto percebe-se a insatisfação das comunidades ali representadas no Conselho Gestor da APA Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu, no que tange à sua participação no próprio Conselho e no que tange às questões que dizem respeito ao Parque São Bartolomeu e toda sua área de abrangência. A insatisfação é principalmente no que está previsto no Programa Memorial Pirajá, onde houve muita expectativa da comunidade quanto a todo o processo de Revitalização do Parque e as diversas questões mencionadas neste estudo, de ordem ambiental, social, política, cultural, que são históricas e que requer respostas efetivas por parte do poder público governamental.

As verbalizações aqui citadas revelam o quanto as comunidades desejam ser atendidas e exercer a sua cidadania participativa, onde suas opiniões e saberes possam vir a ser considerados e conforme as falas das mesmas, respeitados. Então, que participação está sendo proposta e realizada? Que autonomia essas comunidades podem ter se não decidem efetivamente?

Muitos conselheiros das comunidades são experientes e conhecem a história delas e de seus problemas. Atuam com informações, sabem da importância da APA Bacia do Cobre e do Parque São Bartolomeu, por isso reivindicam do Estado a conclusão das obras referentes à Revitalização do Parque. A importância de todos os atores envolvidos nesse processo é imprescindível, conforme as atribuições e ocupações de cada um, ainda que haja interesses divergentes.

Sendo assim, compreende-se, que não existirá participação sem o senso de coletividade, respeitando-se as diferenças, ideologias, credos e condição social. A participação do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu favorece o fortalecimento das redes associativas entre as comunidades do entorno do Parque São Bartolomeu, haja vista a sua representação por entidades diversas, de forma a contribuir para a discussão e a elucidação das diversas questões locais existentes.

É preciso considerar os sérios conflitos existentes naquele território, de ordem socioambiental, cuja comunidade, como demonstrado no cap III, já possui conhecimentos acerca deles e tem se organizado por intermédio de suas entidades representativas, fóruns de discussão, reuniões de conselho gestor, entre outros, uma vez que se trata de uma área de proteção ambiental (APA).

É relevante ressaltar o fato de que essa comunidade tem consciência de suas questões e certamente possui convicção das melhores alternativas para o encaminhamento devido. Daí a

importância de se considerar as experiências e os saberes dessa comunidade, que são únicos e próprios de quem vive e age diariamente lá.

Este estudo não se propõe a criticar o Estado nem tampouco a defender bandeiras das comunidades do Parque São Bartolomeu, mas a refletir criticamente sobre o processo da participação comunitária e sua importância como um instrumento de transformação sociopolítica, dando ênfase ao território do Parque São Bartolomeu e seu processo de requalificação em andamento.

Existe, portanto, um conjunto de atores sociais que precisam ampliar a compreensão da dimensão daquele patrimônio histórico, que se reconhece agora não estar abandonado, não obstante ainda os problemas que demandarão tempo para o seu equacionamento. A comunidade tem potencial, acredita-se, para, unida, realizar, propor e gerir os projetos necessários ao desenvolvimento local daquele território, rico em recursos naturais e potencial humano.

Percebe-se algumas insatisfações relativas às questões que necessitam de respostas a curto e médio prazos, como as assinaladas acima. Respostas proteladas, atrasadas e justificadas pela falta de recursos disponíveis e prazos licitatórios – e consideradas comuns quando se trata de poder público.

É imprescindível considerar a importância da adesão e participação da comunidade local e seus representantes neste processo, que envolve toda a APA, e que se está diante de questões complexas, históricas, que demandam acordos, conciliações, nos quais cada um desempenhe as suas atribuições com seriedade e respeito.

Conforme a CONDER (2016) o Projeto de Requalificação Urbana e Ambiental da Bacia do Cobre/São Bartolomeu é fruto de discussões e iniciativas ocorridas, desde 2007, quando houve uma nova discussão e apresentação do Programa Memorial Pirajá às comunidades locais, que atende à reivindicação histórica dessas comunidades, para a preservação das áreas de valor ambiental existentes nessa área específica, particularmente do Parque São Bartolomeu, espaço sagrado das religiões de matriz africana.

Conforme ainda a CONDER (2016), o objetivo do Programa é recuperar, revitalizar e promover a salvaguarda do Parque, tornando-o um centro de referência da história, cultura e da natureza de Salvador, com previsão da proteção dos seus atributos naturais, culturais e históricos (do PSB), incluindo a recuperação dos espaços sagrados e de visitação, além da implantação de equipamentos e infraestrutura, que darão suporte aos programas de inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população local.

Ainda de acordo com a CONDER (2016), o projeto de requalificação Urbana e Ambiental da Bacia Rio do Cobre /São Bartolomeu, procura atingir um caráter inovador quando propõe uma **gestão compartilhada**, baseada na construção de parcerias duradouras entre o Estado e a Sociedade civil, capazes de consolidar a autonomia local. Também enfatiza a importância da noção de corresponsabilidade em relação ao patrimônio coletivo, a sustentabilidade econômica e socioambiental daquela Unidade de Conservação, a médio e longo prazos, utilizando, inclusive, instrumentos legais de gestão como o Plano de Manejo e o Conselho Gestor.

Vale ainda destacar conforme informações da CONDER (2016) que o projeto em pauta procura também fortalecer as Organizações Sociais locais e os Empreendimentos Econômicos Solidários, favorecendo a cooperação entre agentes, bem como promover a Sustentabilidade, Segurança e Convivência com o estímulo ao convívio saudável e democrático, além de promover a troca de experiência entre diferentes gerações.

Partindo do exposto acima e do que se verifica na fala dos representantes comunitários que fazem parte do Conselho Gestor da APA Rio do Cobre, constata-se que o projeto de requalificação do Parque São Bartolomeu e suas ações em andamento, não correspondem totalmente aos objetivos propostos.

O que se verifica no conteúdo das falas é o sentimento de enfraquecimento e não fortalecimento, a falta de autonomia para decidir, ou mesmo quando as suas opiniões e demandas não são levadas em conta, e, sobretudo, no que tange à gestão compartilhada do processo de requalificação do Parque São Bartolomeu, na medida em que as ações promovidas pelo Estado são verticalizadas.

É importante considerar, conforme portaria nº 7.461, de 12/05/2014/INEMA/SEMA, e informação dada pelo presidente atual do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre, que os membros da Sociedade civil local que compõe e representam o mesmo atualmente são em número de 20 Entidades. Este número é bastante significativo, considerando a existência de entidades não governamentais atuantes naquele, conforme Plano de Manejo do PSB (2012), que são 28.

O Parque São Bartolomeu, conforme pesquisa SEDUR e CONDER realizada e que consta no plano de manejo do PSB(2012), ainda representa um importante espaço de lazer para os moradores locais, principalmente os rios, cachoeiras e as trilhas. Além disso, representa também uma importante fonte de subsistência, pois grande parte daqueles que

utilizam o Parque realizam a coleta de frutas tanto para o consumo quanto para a venda; um outro ponto a ser destacado nesta pesquisa é que dado a importância histórica e cultural do Parque, os principais cultos realizados no seu interior estão relacionados às religiões de matriz africana, no entanto, também existem cultos relacionados a outras religiões.

Vale salientar no que diz respeito ao processo de Revitalização do Parque São Bartolomeu, conforme CONDER (2016), que as obras de requalificação do mesmo já foram concluídas, em sua primeira etapa. A segunda etapa e entrega de outros equipamentos, como o Centro Cultural do Rio Sena e o Distrito Integrado de Segurança Pública na Av. Suburbana, entre outras ações, dependem do andamento da funcionalidade do Parque, ou seja, o Parque foi entregue no ano de 2014 e está sendo gerido por uma empresa contratada pela CONDER.

Portanto, está em processo de ajustes e adequações dentro dessa nova estrutura e adaptação com a comunidade. No que tange ao processo de realocação das famílias que ocuparam áreas do PSB, a CONDER (2016) informa que inicialmente se estabeleceu como meta a entrega de 256 Unidades Habitacionais, mas foram entregues 160 unidades.

De acordo com informes da CONDER (2016) um conselho gestor para o PSB será criado, onde haveria uma participação mais efetiva das entidades sociais locais nas ações administrativas do Parque. Neste sentido verifica-se no Plano de Manejo do PSB (2012), que será criado um Conselho Gestor para o parque, conforme propõe o SNUC, e se constituirá num instrumento fundamental para assegurar a participação social e transparência na gestão do PSB. O modelo de gestão se baseia nos seguintes elementos norteadores: Núcleo Estratégico de Gestão Compartilhada (NEGC); **Conselho Gestor**; Unidade de Gerenciamento do PSB; Plano de Manejo; Programas Básicos.

De acordo ainda com o Plano de Manejo do PSB (2012) esse Conselho Gestor deverá apresentar composição paritária entre agências públicas e representações da sociedade civil, com função consultiva e atribuições de avaliação, proposição e articulação com a sociedade civil, cuja formação se dará por representações locais de entidades associadas aos valores e bens culturais e religiosos existentes no PSB, organizações governamentais e empreendedores locais. Isto vai de encontro ao que se verifica nas falas dos conselheiros comunitários em atas destacadas no capítulo III quando reivindicam um conselho deliberativo.

Quanto ao modelo de gestão proposto para o PSB, consta informação no Plano de Manejo (2012), que foi contratada uma consultoria pela SEDUR. Essa proposta leva em consideração que a gestão do PSB deve ter um caráter inovador, que seja capaz de associar as

demandas de proteção da natureza do Parque, que abriga um importante remanescente de Mata Atlântica do município, às demandas sociais e de melhoria de qualidade de vida das populações locais.

Conforme o plano de manejo do PSB (2012) , em linhas gerais, a comunidade se sente desinformada em relação ao processo de requalificação do Parque, embora reconheça a sua importância; verbalizam que as ações de educação ambiental são insuficientes e não há integração entre as escolas e o PSB. Foram relatadas pela comunidade local, incertezas sobre a forma de administração do PSB e uma grande expectativa quanto a implementação e consolidação de um modelo de gestão compartilhada e participativa; questionam à falta de segurança, saneamento básico e outras condições que geram uma sensação de abandono por parte dos poderes públicos.

De acordo ainda com o plano de manejo (2012) a avaliação estratégica do PSB foi feita com base nos resultados produzidos nas Oficinas de Diagnóstico Participativo realizadas em agosto de 2012, sendo três oficinas comunitárias, ocorridas em Pirajá, Rio Sena e São Bartolomeu; e uma institucional, da qual participaram representantes de instituições do governo municipal e estadual que têm atuação direta ou indireta no PSB.

Pelo que se constata na leitura e análise do Plano de Manejo do PSB, é que as comunidades não tiveram uma participação efetiva na sua elaboração, e foram apenas consultadas a opinar sobre as questões pertinentes ao PSB nessas oficinas realizadas e que a CONDER denomina de “Diagnóstico Participativo”.

De acordo com informes obtidas com técnicos da CONDER (2016) o Plano de Manejo foi elaborado no período de seis meses por uma empresa de consultoria contratada pela CONDER e os resultados foram apresentados ao conselho gestor da APA e não à comunidade como um todo. Portanto, por ocasião da elaboração do Plano de Manejo do PSB (2012) as comunidades permaneceram alijadas do processo de concepção e acompanhamento desse instrumento técnico e político, e, ainda, muito tecnicista.

Partindo do exposto acima, é preciso uma reflexão crítica no que tange ao projeto de Requalificação do PSB e a participação comunitária das entidades locais nesse processo, considerando que existem ainda muitas pendências e falta de respostas do Estado frente às múltiplas questões socioambientais existentes na APA Bacia Rio do Cobre e no próprio PSB.

Por isso, entende-se que esta participação precisa ser de fato autônoma e democrática, onde a população local seja protagonista deste processo, desde quando suas raízes históricas

são de exclusão social, por ser uma área localizada no subúrbio ferroviário de Salvador. População esta, em maioria negra com as sequelas deixadas pelo processo de escravidão.

É importante citar e retomar neste estudo, os obstáculos referentes ao Plano de Manejo, elucidados na série (MMA, 2015), e que são pertinentes ao que ocorre na elaboração e execução do Plano de Manejo do PSB, que inibe a participação das comunidades daquele território, quais sejam: documento produzido ainda para atender a exigências burocráticas, não como instrumento de planejamento, o que compromete a sua atualização; e o excesso de sofisticação e tecnicismo, cuja elaboração tornou-se objeto específico do trabalho de especialistas, e os resultados que não explicitados e discutidos com a população local.

Portanto as diversas instâncias de participação cidadã existentes naquele território precisam ser fortalecidas, a exemplo do Fórum das entidades do Subúrbio Ferroviário, Movimentos em prol da defesa do Parque São Bartolomeu e as instituições religiosas, não somente as de matriz africana.

Trata-se, portanto, de um conjunto de atores existentes que precisam tomar a dimensão daquele patrimônio histórico da humanidade, que se reconhece agora não está abandonado, não obstante ainda os problemas, que demandarão tempo para o seu equacionamento. E que não se pode esperar apenas dos órgãos governamentais que realizam e respondam a essas demandas históricas.

A comunidade tem potencial, acredita-se, para, unida, realizar, propor e gerir os projetos necessários ao desenvolvimento local daquele território, rico em recursos naturais e potencial humano. Reconhece-se a importância do poder público governamental no apoio e financiamento dos projetos propostos e em andamento, a discussão coletiva e a gestão participativa para se alcançar melhores resultados, com o exercício da transparência e da democracia.

É preciso considerar o quanto é relevante a participação social, a sua capacidade de agregar, de discutir, negociar, realizar o consenso, mediar, concretizar o que muitas vezes parece difícil por intermédio do diálogo transparente e aberto, estimulando-se e potencializando todos os canais existentes nessas comunidades.

O processo participativo é contínuo e sempre estimulador para discutir e avaliar as constantes questões que vão surgindo, mesmo equacionando outras historicamente existentes, considerando-se que existem empecilhos de diversas ordens que dificultam a participação

efetiva das populações locais nos diversos instrumentos existentes de implementação participativa em Unidades de Conservação.

É relevante destacar as dificuldades, que, certamente, as comunidades do território do Parque São Bartolomeu vêm enfrentando no confronto de forças políticas lá existentes. De acordo com os estudos contidos na série (MMA,2015), são identificados muitos óbices limitantes ao processo participativo, quais sejam : a cultura organizacional vigente nos órgãos ambientais, fortemente hierarquizada; insuficiente internalização quanto ao papel do Estado e dos agentes públicos em processos de implementação participativa de UC (Unidades de Conservação); os servidores públicos não são devidamente capacitados para conduzir processos participativos.

Destacam-se também nesta estudo, conforme a série (MMA,2015), os óbices referentes aos conselhos gestores, tais como: desequilíbrios de forças entre os diferentes atores envolvidos, privilegiando a participação dos segmentos da população mais esclarecidos e gerando baixa representatividade de alguns atores sociais; falta de capacitação dos conselheiros quanto à natureza, funcionamento e limites de competência legal dos conselhos; é preciso fortalecer os processos de interação com outros conselhos de políticas correlatas (ex: comitês de bacia) existentes no território, evitando-se o isolamento e enfraquecimento das ações da UC; falta de regularidade nas reuniões e escassez de recursos financeiros para viabilizar a presença de todos os conselheiros, o que dificulta o efetivo funcionamento dos mesmos.

Espera-se que este estudo e respectiva fundamentação teórica, possam contribuir para a ampliação das informações e elucidação de muitas questões aqui expostas, que são pertinentes ao processo participativo envolvendo as comunidades do território do Parque São Bartolomeu e o Conselho gestor da APA Bacia Rio do Cobre, e a consequente execução das políticas sociais necessárias ao processo de desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como consequência deste estudo, resultaram importantes considerações que possibilitaram ampliar o entendimento do processo de participação social, sua relevância como mecanismo de decisão, autonomia e protagonismo pelas comunidades, quando estas se organizam para entender e dar encaminhamento às suas demandas de qualquer natureza.

O estudo e a análise das Atas de reuniões do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, bem como o Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu, possibilitaram ampliar a compreensão quanto à complexidade das questões socioambientais existentes naquele território, bem como a relação existente entre as entidades da sociedade civil locais e os órgãos públicos governamentais, sobretudo no que tange às expectativas dessas entidades em relação às respostas para essas questões, com destaque para o processo de requalificação do Parque de São Bartolomeu.

Considera-se a partir das verbalizações dos representantes comunitários registradas nas atas de reuniões do conselho gestor, que a participação dos mesmos é bastante significativa, no que tange aos seus posicionamentos, discussões e encaminhamentos para os diversos problemas socioambientais junto aos órgãos governamentais, alguns destes também integrantes do conselho, a exemplo da CONDER, SEDUR e INEMA. Porém se verifica um sentimento de frustração em suas falas, quando reivindicam maior autonomia e valorização na relação com o Estado.

Muitos desses conselheiros não governamentais são experientes e conhecem a história das comunidades que representam, seus problemas e, atuando munidos de informações, sabem da importância histórica da Apa Bacia do Cobre e do Parque São Bartolomeu como patrimônio histórico e socioambiental.

Entende-se também que a existência e a participação do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu frente às questões socioambientais presentes naquele território, contribui significativamente para o fortalecimento das entidades não governamentais, de forma a contribuir também para o desenvolvimento local com as constantes discussões e proposições de alternativas de soluções e encaminhamentos para as diversas questões que foram mencionadas neste estudo.

Embora o sentimento revelado pelos representantes comunitários em suas falas registradas nas atas, seja o de frustração na relação com o Estado, onde reivindicam maior

autonomia e valorização aos seus posicionamentos e saberes, os mesmos devem ser os agentes principais do seu processo de desenvolvimento, e não devem aceitar qualquer tipo de manipulação política, que nem sempre atendem e correspondem aos seus reais interesses.

Considera-se que não existirá participação sem o senso de coletividade e democracia, que não podem ser ofuscadas pelos interesses corporativistas e individualistas, que se constituem em sérios obstáculos a uma verdadeira participação democrática.

No que tange ao processo de gestão administrativa do Parque São Bartolomeu, ainda não se verifica uma participação mais efetiva das comunidades representadas, o que poderá ocorrer com a implementação e o funcionamento de um conselho consultivo que será constituído por essas representações comunitárias daquele território. No momento, o Parque é gerido por uma empresa contratada pela Conder.

Pode-se considerar também, conforme as verbalizações dos conselheiros não governamentais, que representam a maioria das entidades existentes naquele território no Conselho gestor da Apa Bacia Rio do Cobre, que a participação comunitária é comprometida no que tange ao processo de autonomia e às sugestões que são propostas pelas entidades, bem como os encaminhamentos para as diversas questões existentes naquela Unidade de Conservação, embora o Conselho seja consultivo.

Verifica-se também na análise das atas do conselho gestor da Apa Rio do Cobre, que muitas instituições governamentais não participam com regularidade das reuniões ordinárias do conselho, outras nunca participaram, devendo ser substituídas, causando insatisfação aos representantes comunitários, onde se sentem desvalorizados, bem como o próprio conselho.

É relevante se questionar a existência de pendências, sobretudo no que tange à segurança, item de fundamental importância, pois ainda não há policiamento no parque. O Distrito Integrado de Segurança Pública (DISEP) e a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (COPPA), ainda não funcionam e estão previstos no Programa Memorial Pirajá. E também por que o Parque São Bartolomeu ficou no ostracismo durante décadas, apesar de as legislações neste estudo mencionadas assegurarem a região da Bacia do Cobre como área de Proteção ambiental, reconhecendo os seus valores históricos e ambientais?

É importante que as comunidades daquele território e seus representantes mais diretos, juntamente com o Conselho Gestor da Apa Bacia do Cobre/São Bartolomeu, possam acompanhar o processo de implantação desse conselho gestor do PSB e sem funcionamento ainda. Este conselho deve se constituir em mais uma instância de participação comunitária

para uma gestão compartilhada das ações e projetos que poderão ser executados no Parque de São Bartolomeu, juntamente com os órgãos governamentais envolvidos.

É relevante considerar a importância que os projetos de educação ambiental têm para o Parque São Bartolomeu e que são poucos discutidos e mencionados nas atas do conselho gestor da APA e no Plano de Manejo do PSB, ressaltando-se a gravidade das questões socioambientais existentes naquele território.

Há que considerar os encaminhamentos sugeridos, respeitando-se os saberes comunitários, a história, a cultura local, o patrimônio natural de toda a área do Parque São Bartolomeu, porque são as pessoas daquelas comunidades, os protagonistas principais do processo de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ABREU, Dora. **Disciplina Poluição, Saúde Ambiente**. Textos. UFBA. FACED. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO II.NECEA.2007. p.1- 58.

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: **Territórios em Movimento: Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará Editora, 2004. p. 23-62. (SEBRAE)

ARANTES, Antônio A. **Cultura e Territorialidade em Políticas Sociais**. In: **Territórios em Movimento: Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará Editora, 2004. p. 85-130. (SEBRAE)

BAHIA. Lei nº 7. 970,05 de Junho de 2001. **Cria a Área de Proteção Ambiental - APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu nos Municípios de Salvador e Simões Filho, e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado da Bahia, 06 de Junho de 2001. Disponível em: <observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/.../>. Acesso em 6 jan. 2016.

BAHIA. SEDUR. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano; Secretaria Estadual de Cultura; Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Secretaria Municipal da Reparação. **Programa Memorial Pirajá, Caderno de Projetos**. Salvador, 2007. 53p.

BAHIA. SEMA. Secretaria Estadual de Meio Ambiente. **Edital de convocação para eleição dos membros do Conselho Gestor da área de Proteção Ambiental Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, item 2, da definição dos termos utilizados neste edital. Set. a Dez. 2010.

BAHIA. SEDUR. CONDER. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano; Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia; **Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu**, Julho de 2012. Salvador, 519 p.

BAHIA. Ministério Público; Fundação José Silveira. **Projeto Mata Atlântica Salvador**. Diagnóstico da Vegetação do Bioma Mata Atlântica na cidade de Salvador. Ed. rev. e ampliada. Salvador, 2013. 360 p.

BAHIA. SEDUR. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano. **Oficinas de capacitação. Política e Plano Municipal de Saneamento Básico**, 2013.

BAHIA. SEMA. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Portaria nº 7.461,12 de maio de 2014. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, ano XC VIII.

BAHIA. SEDUR. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano. **Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)**. Salvador, 2014. Disponível em: < <http://www.sedur.ba.gov.br> >. Acesso em: 11 Dez. 2015.

BAHIA. SEDUR. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano. **Programa Memorial Pirajá. Salvador, 2016**. Disponível em: < <http://www.sedur.ba.gov.br> >. Acesso em: 11 maio. 2016.

BAHIA. SEDUR. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano. **Salvador, 2016**.

BARBOSA, Silvia Maria Silva. **O poder de Zeferina no Quilombo do urubu: uma reconstrução histórica político-social**. 2003, 192p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2003. Disponível em: < <http://www.ibict.metodista.br/tedesimplificado/tde.../arquivo.Php> >. Acesso em: 20 mar. 2014.

BECK, Viotti Pedro. Parques Urbanos do Distrito Federal e Qualidade de Vida: **Um estudo de caso no Parque da Cidade**. Brasília, Nov. 2012.

BRANDÃO, Carlos Antônio. O campo da economia política do desenvolvimento: o embate com os “localismos” na literatura e nas políticas públicas contemporâneas. In _____ **Território e Desenvolvimento: As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2007, p.35-56.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 de setembro de 1981. Disponível em: <www.in.gov.br>. Acesso em: 6 jan. 2016.

_____. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <www.in.gov.br>. Acesso em: 6 jun. 2008.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de Julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 6 jan. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília/DF, 18 jul. 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm >. Acesso em: 27 mar. 2014.

CAROL, Matteo G. **O Marketing para Gestão do Desenvolvimento Econômico do Território.** In: Territórios em Movimento: Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Relume Dumará Editora, 2004. p. 219-245. (SEBRAE)

CARDOSO, Silvia Laura Costa; SOBRINHO, Mario Vasconcelos; VASCONCELOS, Ana Maria de Albuquerque. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren, [c] urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), 2015 jan./abr., 7(1). p. 74-90.

CASTRO, Joana D'Arc Bardella; CASTRO, Mário Cesar Gomes. Parques Municipais em avaliação: uma aplicação do método de valoração contingente para o município de Anápolis/Go. 3º Colóquio IBERO - Americano Paisagem Cultural Patrimônio e Projeto - **Desafios e Perspectivas.** Belo Horizonte, de 15 a 17 de setembro, 2014.

CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS (PANGEA). **Projeto Parque São Bartolomeu:** Combate a Pobreza Urbana através da Valorização Sustentável do Patrimônio Histórico Cultural e Ambiental constituído pelo Território Preservado do Parque. Salvador, 2004. 27 p.

CONSELHO GESTOR DA APA BACIA DO COBRE/SÃO BARTOLOMEU, 1. , 2008, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu,** 25 Jan.2008.

_____, 2. , 2008, Salvador. Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu,** 11 abr. 2008.

_____, 3. ,2008, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu,** 30 mai. 2008.

_____, 4.,2008, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu,** 25 jul. 2008.

_____, 5.,2008, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu,** 28 nov. 2008.

_____, 1.,2009, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu,** 27 mar. 2009.

_____, 2.,2009, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu,** 09 dez. 2009.

_____, 3.,2009, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 16 dez. 2009.

_____, 1.,2010, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 03 mar. 2010.

_____, 2.,2010, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 12 mar. 2010.

_____, 3.,2010, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 06 ago. 2010.

_____, 4.,2010, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 15 out. 2010.

_____, 1.,2011, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 13 mai. 2011.

_____, 2.,2011, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 25 nov. 2011.

_____, 1.,2012, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 13 abr. 2012.

_____, 2.,2012, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 01 jun.2012.

_____, 3.,2012, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 06 jul.2012.

_____, 4.,2012, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 31 ago. 2012.

_____, 4.,2012, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 01 nov. 2012.

_____, 4.,2012, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 21 dez. 2012.

_____, 1.,2013, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 29 mai. 2013.

_____, 2.,2013, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 26 jul. 2013.

_____, 3.,2013, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 30 ago. 2013.

_____, 4.,2013, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 20 set. 2013.

_____, 1.,2014, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 30 Jun. 2014.

_____, 2.,2014, Salvador.Bahia: **Ata de reunião do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**, 20 ago. 2014.

DE PAULA, Juarez. Territórios, Redes e Desenvolvimento. In: Lages, Vinícius; Braga, Christiano; Morelli, Gustavo. (Org.). **Territórios em Movimento: Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará Editora, 2004. p. 71-84. (SEBRAE)

FIGUEIREDO, Antonio Macena de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho de. Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final.4.ed.Rio de Janeiro:Lumen Juris, 2011. 304p.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GUERRA, Antonio José; COELHO, Maria Célia Nunes. (Org.).**Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas**.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

JÚNIOR, Evaristo de Castro; COUTINHO, Bruno Henrique; FREITAS, Leonardo Esteves. **Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas**. In: Guerra, Antonio José; Coelho, Maria Célia Nunes. (Org.).Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009 . p. 25-62.

MARCATTO, Celso. **Educação Ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

ORO' Dell Jorge. O local diante do global. In: **Cadernos Adenauer XIII**, nº 1, Economia verde. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, 2012. p. 51-69.

OJIMA, Ricardo; JR, Marandola Eduardo. O desenvolvimento sustentável como desafio para as cidades brasileiras. In: **Cadernos Adenauer XIII**, nº 1, Economia verde. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, 2012. p. 23-35.

PALMA, Eduardo Gabriel Alves. **Pedra do Cavalo e São Bartolomeu**: Análise comparativa do comprometimento de mananciais de abastecimento em Unidades de Conservação. In: Caderno CRA. Salvador, BA, 2005.p. 1-13.

PALMA, Eduardo Gabriel Alves. São Bartolomeu: as Manifestações da Territorialidade em uma Unidade de Conservação. In: **Caderno CRA**. Salvador, BA, 2005. p .1-12.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. O Futuro do Estado e do Direito do Estado: democracia, globalização e neonacionalismo. In: **II Congresso De Direito Do Estado**, 2002, Salvador, BA.

PELLIN, A.; Carvalho, G.; Reis, J.C.; . Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação Urbanas: o Caso do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.2, maio/jul 2014, p.344-373.

REGO, Jussara. Territórios do Candomblé: a desterritorialização dos Terreiros na Região Metropolitana de Salvador, Bahia. **Geo textos**, vol.2, n.2, 2006. p. 31-85.

SALVADOR. Prefeitura Municipal do Salvador, Casa Civil. **Relatório de Atividades 2014**. Salvador, 2014. 317 p.

SANTOS, Ailton Dias dos. Estratégias metodológicas para o fortalecimento de espaços públicos. In: SANTOS, Ailton Dias dos (Org.). **Metodologias participativas**: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2005. p. 97-137.

SANTOS, Milton. **A revanche do território**. Folha de São Paulo. São Paulo, ago.1997. Disponível em: < <http://www1.folha.vol.com.br/fsp/1997/8/03/opinião/8.html>>. Acesso em 12 fev. 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SÉRIE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Brasília: MMA, 2015 -.

SERPA, Ângelo. **Gestão territorial do sistema de parques públicos em Salvador, Bahia: contradições e paradoxos.** Curitiba, n.12, Editora UFPR, 2006, p.7-19.

SILVA, Mariana Delgado de Carvalho. **Exercício Pleno da Cidadania: A Transparência Como Instrumento de Controle Social.** IV Congresso CONSAD de Gestão Pública. Brasília/DF. mai.2011.p.04-19.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1990.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **A relação homem-natureza: tendências reveladas.** In: _____. Educação Ambiental: natureza, razão e história. São Paulo: Autores Associados, 2004. p. 33–68.

UFBA/FACED. Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Educação. **Programa Onda Digital,** Salvador, 2006, 24p.

ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento: Local e Regional.** Curitiba: Ibpx, 2009.

VIEIRA, Cristiana Souza. **A representatividade das unidades de conservação do bioma mata atlântica da Bahia na conservação da avifauna ameaçada.** 2007, 74fl. Dissertação (Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) Sub-Programa Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2007. Disponível em: < <http://www.uesc.br/cursos/pós-graduação/mestrado/mdrma/.../cristianasousa.rtf> >. Acesso em: 20 mar. 2014.

ZELLER, Kathrin; RYAN, John Gregory. O que é Economia Verde? In: **Cadernos Adenauer XIII**, nº 1, Economia verde. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, 2012.p.11-22.

ANEXOS

ANEXO A - INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS COM POTENCIALIDADE DE APOIO AO PSB

Instituições Não Governamentais com Potencialidade de Apoio ao PSB.

| Instituição | Atuação |
|---|--|
| Federação Nacional do Culto Afro Brasileiro | Religiões de matriz africana |
| Federação Brasileira de Candomblé e Cultos Afros | Religiões de matriz africana |
| Senzala Religiosa Mukundewá | Religiões de matriz africana |
| AtimSimbeui de Umzambi | Religiões de matriz africana |
| Rede Religiosa de Matriz Africana do Subúrbio Ferroviário | Religiões de matriz africana |
| Movimento de Cultura Popular do Subúrbio | Arte, cultura e cidadania |
| Associação Cultural Bloco Carnavalesco Arca de Olorum | Arte, cultura e educação ambiental |
| Filhos de Ogum de Ronda | Arte, cidadania e cultura afrobrasileira |
| Associação Kilombo do Kioiô | Cultura afro |
| Associação de Moradores de Nova Esperança Ilha Amarela | Associação de Moradores |
| Associação de Moradores de Ilha Amarela | Associação de Moradores |
| Associação de Moradores Unidos de Pirajá | Associação de Moradores |
| Conselho Comunitário do Bairro Distrito I – Pirajá | Associação de Moradores |
| Associação de Moradores Nova Esperança Ilha Amarela | Associação de Moradores |
| Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Senhor do Bonfim | Associação de Moradores |
| Conselho de Moradores João Batista Mendes | Associação de Moradores |
| Federação das Entidades do Subúrbio | Organização comunitária |
| Rádio Comunitária de Pirajá | Comunicação |
| Instituto Oya | Lazer, esporte, arte e cultura |
| Sociedade Irmãos Solidários | Reforço escolar |
| Clube das Mães dos Novos Alagados - Creche As Heroínas do Lar | Assistência à criança |
| Conexão Jovem de Pirajá | Juventude |
| Sociedade Beneficente Cultural do Planalto Real | Cultura |
| Sociedade Primeiro de Maio de Novos Alagados | Cidadania, meio ambiente, arte e cultura |
| Instituto Cabricultura | Arte e cidadania |
| Instituto A Nova Ideia | Cidadania |
| Grupo de Mulheres Sankofa | Gênero e cidadania |
| Liga Desportiva Beneficente de Pirajá | Esporte, cultura e cidadania |
| Universidade Católica de Salvador | Pesquisa e extensão |
| Instituto Geográfico e Histórico da Bahia | Patrimônio histórico e artístico |

Fonte: SEDUR (2011)/Levantamento de campo e oficinas de diagnóstico (2012)
Plano de Manejo (2012)

ANEXO B - COMUNIDADES EXISTENTES NO TERRITÓRIO DA APA RIO DO
COBRE / SÃO BARTOLOMEU

| Comunidades Existentes no Território da APA Rio do Cobre São Bartolomeu |
|--|
| Araçais I, II e III |
| S. João do Cabrito |
| Novos Alagados |
| Boiadeiro |
| São Bartolomeu |
| Enseada do Cabrito |
| Ilha Amarela |
| Rio Sena |
| Pirajá |
| Terezinha |
| Marechal Rondon |
| Plataforma |
| Planalto Real |
| Lagoa da Paixão |
| Casa Branca |
| Fazenda Grande |
| Águas Claras |
| Campinas |
| Alto do Cabrito |
| Palestina |
| Valéria |
| Periperi |
| Itacaranha |
| São Caetano |
| Subúrbio Ferroviário |
| Total 25 |

Fonte: Plano de Manejo (2012)